

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

THAÍS GABRIELLY FERNANDES SOUSA

**O ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS:
uma análise dos currículos do curso de 1980-2004**

**GOIÂNIA
2017**

THAÍS GABRIELLY FERNANDES SOUSA

**O ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS:
análise dos currículos do curso de 1980-2004**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Biblioteconomia da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, sob a orientação da Professora Mestre Maria das Graças Monteiro Castro.

**GOIÂNIA
2017**

S725 Sousa, Thaís Gabrielly Fernandes,

O ensino de Biblioteconomia na Universidade Federal de Goiás [manuscrito]: análise dos currículos do curso de 1980-2004 / Thaís Gabrielly Fernandes Sousa. – 2017.

76 f.

Orientador: Profa. Maria das Graças Monteiro Castro.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Biblioteconomia, Goiânia, 2017.

Anexos.

1. Biblioteconomia. 2. Currículo. 3. Currículo de Biblioteconomia da UFG. 4. Ensino de Biblioteconomia. 5. Formação em Biblioteconomia. I. Castro, Maria das Graças Monteiro, orient. II. Título.

CDU 02

*Para Amelina (in memorian), Antônia e
Anny Kelly.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Antônia e minha irmã Anny Kelly por estarem sempre ao meu lado, me apoiando e me dando forças para seguir meus sonhos. Pelo amor incondicional;

À minha avó Amelina Fernandes (*In Memoriam*) por seu amor, carinho e por ter me ensinado a ser quem sou hoje e a lutar por meus sonhos;

Às minhas tias Joice, Cida e Elisangela, pelo amor, apoio, carinho e atenção. Por me acolherem sempre tão bem e pelos incentivos para ir atrás dos meus sonhos;

Às minhas primas e primos das famílias Fernandes e Sousa, que também sonham e lutam por suas conquistas;

Às minhas amigas Ludmila e Tia Édina, que tanto me ajudaram, me apoiaram e me ensinaram que amor e empatia não tem haver com laços sanguíneos. Pelo respeito e cuidado de sempre e pela amizade tão sincera. Pela acolhida, confiança e por me permitirem ser parte família e me deram forças para seguir durante toda a graduação;

Ao meu amigo Ernesto que está comigo desde o primeiro dia de aula, por sua amizade, carinho, alegria, vivacidade e companheirismo;

À minha amiga Fernanda, por todo carinho, atenção e apoio. Por me ajudar em momentos difíceis, pela amizade e por ser ouvidos e ombro amigo sempre que eu precisei;

Aos amigos e colegas de estágio Itana, Daniel e Larissa, pela compreensão diária, pela amizade e companheirismo e por compartilharem do amor pela BM comigo.

Às minhas amiga Luciene e Nema que mesmo de longe sempre me animaram e me apoiaram, acreditando e torcendo muito por mim;

À Universidade Federal de Goiás pelas bolsas ofertadas e que me fizeram bolsista e moradora da Casa do Estudante, o que permitiu a continuação da minha graduação;

Aos professores e alunos do Departamento de Educação Infantil da UFG por tanto me alegrarem e por me mostrarem a beleza de ser uma Bibliotecária educadora;

À minha professora, coordenadora e orientadora, Prof. Maria das Graças Monteiro Castro, por me orientar, por acreditar em mim e pelas oportunidades de estágio e projetos. Por me fazer reacreditar na Biblioteconomia, por me ensinar tanto e mostrar o amor pelos livros. Por me fazer querer ser profissional e buscar ser o melhor de mim. Por me mostrar um novo olhar sobre a biblioteconomia e por ser tão inspiradora.

Se não fosse pelo temor em ser interpretado equivocadamente como sentimental, eu diria que para haver formação em educação se requer amor, e o defeito certamente se refere à capacidade de amar. Instruções de como isto pode ser mudado são precárias. Adorno e Horkheimer, 1985, p. 64.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar os currículos do curso de Biblioteconomia da UFG de 1980, 1984 e 2004 à luz do Currículo Mínimo de Biblioteconomia do MEC/1962, Currículo Mínimo de Biblioteconomia do MEC/1982 e Diretrizes Curriculares Nacionais de 2004. O objetivo foi identificar quais os parâmetros para a criação dos currículos do curso de Biblioteconomia da UFG. A pesquisa realizada foi do tipo pesquisa bibliográfica e para a análise dos dados foi utilizada a técnica de Bardin (2009). Foram analisados os currículos e suas atualizações, desde sua criação até a atualização curricular do ano de 2004, que vigorou até o ano de 2016. A pesquisa buscou compreender os aspectos históricos e sociais vigentes a cada atualização, e o contexto de criação do curso. As conclusões evidenciam que o currículo do curso de Biblioteconomia da UFG acompanhou as modificações sugeridas pelo MEC, com os Currículos Mínimos de 1962, 1982 e as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2004, bem como as recomendações sugeridas pela UFG de criação de cursos na instituição, de fixação de currículo pleno e recomendações do RGCG. Quanto ao currículo, pôde observar que apesar da quantidade de disciplinas técnicas ainda serem maiores que as disciplinas que tendem a uma formação mais humanística, o currículo de biblioteconomia da UFG se destaca por buscar inserir esses conteúdos em seus projetos pedagógicos.

Palavras-chave: Biblioteconomia. Currículo. Currículo de Biblioteconomia. Ensino de Biblioteconomia. Formação em Biblioteconomia.

ABSTRATC

This study aimed to analyze the UFG Librarianship's curriculum course of 1980, 1984 and 2004 in the light of the Minimum Librarianship's curriculum of the MEC / 1962, Minimum Librarianship's curriculum of the MEC / 1982 and National Curricular Guidelines of 2004. The objective was to identify the parameters for the creation of curriculum by the UFG Librarianship course. The research was a bibliographic research type and for the datas analysis was used the technique of Bardin (2004). The curriculum and their updating were analyzed, from its creation until the curriculum update in 2004, which was in force until 2016. The research sought to understand the historical and social aspects in force with each update, and the context of creation of the course. The conclusions show that the curriculum of the UFG Librarianship course followed the modifications suggested by the MEC, with the Minimum curriculum of 1962, 1982 and the National Curricular Guidelines of 2004, as well as the recommendations suggested by the UFG to create courses in the institution, in full curriculum setting and RGCG recommendations. As for the curriculum, it was possible to observe that although the number of technical subjects is still greater than the disciplines that tend to a more humanistic formation, UFG's librarianship curriculum stands out because it seeks to insert these contents in its pedagogical projects.

Keywords: Librarianship. Curriculum. Curriculum of the UFG Librarianship. Teaching of Librarianship. Librarian Learning.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Divisão de disciplinas do curso de Biblioteconomia da UFG em 1980.....	59
GRÁFICO 2 – Divisão de disciplinas do curso de Biblioteconomia da UFG em 1984.....	65
GRÁFICO 3 – Divisão de disciplinas do curso de Biblioteconomia da UFG em 2004.....	71

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Tabela de equivalência entre Currículo Mínimo do MEC de 1962 e do Currículo do Curso de Biblioteconomia da UFG de 1980.....	57
TABELA 2 – Tabela de equivalência entre Currículo Mínimo do MEC de 1982 e do Currículo do Curso de Biblioteconomia da UFG de 1984.....	63
TABELA 3 – Tabela de Equivalência entre Currículo de Biblioteconomia da UFG de 1984 e 2004.....	68

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Disciplinas ministradas da BN de 1915-1962.....	19
QUADRO 2 – Disciplinas em São Paulo do Período 1929-1961.....	21
QUADRO 3 – Escolas de Biblioteconomia no Brasil na década de 1940.....	22
QUADRO 4 – Eventos importantes para a área Biblioteconômica de 1950-1965.....	23
QUADRO 5 – Escolas brasileiras de Biblioteconomia desativadas no período de 1939-1960.....	24
QUADRO 6 – Cursos de Biblioteconomia criados de 1911 até 2016.....	26
QUADRO 7 – Disciplinas ministradas nos cursos de Biblioteconomia à partir da implantação do Currículo Mínimo do MEC de 1962.....	33
QUADRO 8 – Currículo Mínimo de Biblioteconomia – MEC/1982.....	38
QUADRO 9 – Divisões de competências do parecer das Diretrizes Curriculares para o Curso de Biblioteconomia.....	42
QUADRO 10 – Habilidades que os egressos do curso de Biblioteconomia da UFG deverão adquirir segundo o <i>site</i> do curso.....	53
QUADRO 11 – Estruturação do currículo do curso de Biblioteconomia da UFG/1980.....	56
QUADRO 12 – Estruturação do currículo do curso de Biblioteconomia da UFG/1984.....	62

LISTA DE SIGLAS

ABEBD – Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação

AI-5 – Ato Institucional nº 5

BN – Biblioteca Nacional

CA – Cursos Avulsos

CBBDD – Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação

CCEP – Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa

CEB – Centro de Estudos Brasileiros

CEPEC – Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura

CFB. – Curso Fundamental de Biblioteconomia

CFE – Conselho Federal de Educação

CHL – Ciências Humanas e Letras

CM – Currículo Mínimo

CONSUNI – Conselho Universitário da Universidade Federal de Goiás

CSB. – Curso Superior de Biblioteconomia

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

ECU – Egrégio Conselho Universitário

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FACOMB – Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia

FEBAB – Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários

FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

FIC – Faculdade de Informação e Comunicação

GTRU – Grupo de Trabalho da Reforma Universitária

IBBD – Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação

ICHL – Instituto de Ciências Humanas e Letras

IES – Instituições de Ensino Superior

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

PNE – Plano Nacional da Educação

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

PUC – Pontifícia Universidade Católica

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RGCG – Regimento Geral dos Cursos de Graduação

SESu – Secretaria de Educação Superior

Sisu – Sistema de Seleção Unificada

USAID – United States Agency for International Development

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFRS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNB – Universidade de Brasília

UNESP – Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 O ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL	17
2.1 Rio de Janeiro	17
2.2 São Paulo	20
3 DIRETRIZES DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL	30
3.1 O Currículo Mínimo de Biblioteconomia – MEC/1962	30
3.2 O Currículo Mínimo de Biblioteconomia – MEC/1982	37
3.3 LDB e Diretrizes Curriculares Nacionais	39
4 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS: A REFORMA DE 1968 E O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA	43
4.1 A criação da Universidade Federal de Goiás (UFG)	43
4.2 A Reforma Universitária de 1968	44
4.3 A História da Biblioteconomia na UFG	48
4.3.1 A criação dos cursos na UFG	48
4.3.2 Criação do curso de Biblioteconomia da UFG.....	50
5 OS CURRÍCULOS DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA NA UFG E SEUS PERFIS	55
5.1 Currículo do Curso de Biblioteconomia da UFG/1980	55
5.2 Currículo do Curso de Biblioteconomia da UFG/1984	60
5.3 Currículo do Curso de Biblioteconomia da UFG/2004	66
5.4 O PPC do Curso de Biblioteconomia da UFG aprovado em 2016	72
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	78

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre Currículo de Biblioteconomia no Brasil ainda são poucos, se destacando os trabalhos de Castro (2000) que realizou uma abordagem histórica Biblioteconomia no Brasil; Souza (2003) que realizou uma pesquisa analisando os aspectos sociais, políticos e históricos dos currículos de Biblioteconomia no Brasil, identificando o perfil de formação que se dá no país; e Burin (2009) que além de uma pesquisa histórica também realizou uma análise dos currículos de Biblioteconomia da Região Sul do Brasil, à luz das Diretrizes Nacionais Curriculares e Almeida (2012) que analisou um currículo para cada região do país.

Apesar dos poucos trabalhos e autores discorrerem sobre os currículos de Biblioteconomia no país, a discussão se torna cada vez mais crescente. Ela iniciou-se com as necessidades de adequação e atualização dos currículos ao longo dos anos, desde o primeiro curso no Brasil, atentando para as necessidades de formação do profissional bibliotecário e seu papel na sociedade.

Observar os avanços sociais, históricos, políticos e tecnológicos da sociedade e compreender como eles refletem no ensino e no mercado de trabalho é um campo interessante a ser estudado. Foram essas noções que guiaram ao currículo de Biblioteconomia da UFG, compreendendo o seguinte tema: A construção do currículo de Biblioteconomia do Brasil e o currículo da UFG.

Com essa temática, parti-se para a questão-problema: **Quais foram os parâmetros de criação do currículo do curso de Biblioteconomia da UFG?**

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica (PADUA, 2012, p. 56), identificando documentos, textos e outras fontes que tratassem do tema. Este estudo se orientou à partir dos estudos de Castro (2000), Souza (2003), Burin (2009) e Almeida (2012).

Para análise dos dados, utilizamos a técnica de Bardin (2009 apud FARAGO; FOFONCA, 2012) também utilizada por Burin (2009), que é a de análise do conteúdo a fim de realizar uma interpretação após a coleta de dados, numa perspectiva qualitativa.

O presente trabalho primeiro analisou o surgimento do curso de Biblioteconomia no Brasil, entendendo os primeiros cursos e currículos do país: Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional e o curso do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Como o currículo passou de um estudo erudito para uma formação tecnicista, influenciada pelo ensino norte-americano, a expansão dos cursos no Brasil da década de 1940, a pressão pela regularização

da profissão e então a criação do primeiro Currículo Mínimo de Biblioteconomia aprovado pelo MEC, em 1962.

A Reforma de 1968 ocasionou a expansão dos cursos de Biblioteconomia, na década de 1970, principalmente para as regiões Norte e Nordeste do Brasil e esta expansão influenciou novas discussões a respeito do currículo de Biblioteconomia do País, ocasionando uma atualização em seu ensino, quando veio a ser implantado o Currículo Mínimo de Biblioteconomia do MEC de 1982. A última grande atualização no ensino superior no Brasil, ocasionada pelo MEC, aconteceu em 2004, com o abandono dos currículos mínimos e adotando as Diretrizes Curriculares Nacionais, que ao invés de organizar o ensino por disciplinas, passou a organizá-lo à partir de competências e habilidades específicas e gerais do egresso de cada curso.

O curso de Biblioteconomia da UFG nasceu em 1980, ainda no período da Ditadura militar que fora instaurada no país. Seguindo o fluxo do governo vigente, o curso se apresentou com um perfil bastante técnico, mas apesar de seguir as recomendações do Currículo Mínimo de 1962, apresentou também disciplinas (apesar de poucas) voltadas para uma formação humanística. O que pôde ser observado como uma preocupação da UFG, à partir de suas orientações para criação de cursos na época.

O currículo seguiu suas atualizações a partir das recomendações da UFG, sendo a primeira em 1984, seguindo as indicações da UFG, pautadas pela resolução nº 184/1983 do Conselho Coordenador de Pesquisa, que fixou normas para a elaboração dos currículos plenos dos cursos na instituição. Em 1984 o Currículo Mínimo de Biblioteconomia do MEC já havia sido atualizado (no ano de 1982) e foi utilizado, como era recomendado pela UFG.

Em 2002 foi aprovado o Regimento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG) da UFG, o que promoveu as discussões de 2003 para a atualização dos currículos, seguindo as recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais, sendo um novo currículo fixado em 2004. O currículo pleno dos cursos passou a não precisar seguir os conjuntos de disciplinas recomendados pelo Currículo Mínimo, considerando o tipo de formação que se daria ao profissional bibliotecário e os aspectos regionais.

Este trabalho analisou os currículos do Curso de Biblioteconomia da UFG a fim de compreender seus processos de atualização, motivação para tal e as modificações realizadas ao longo desses três currículos (1980-2004).

2 O ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

2.1 Rio de Janeiro

A história do curso de Biblioteconomia no Brasil inicia-se no Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional (BN). A BN foi pioneira no curso de Biblioteconomia no país e tal fato se deu pelo decreto 8.835 de 11 de julho de 1911. O curso tinha por objetivo abarcar as necessidades de pessoal da Biblioteca Nacional. O decreto 8.835/1911 aprovou o regulamento da BN, sendo que dos artigos 34 ao 42, foi estabelecida sua organização estrutural, administrativa e também versou sobre a criação do curso de biblioteconomia. A criação deste curso deve-se pelo esforço do diretor da BN na época, Manuel Cícero Peregrino da Silva. (BRASIL, 1911; CASTRO, 2009; ALMEIDA, 2012).

O decreto 8.835/1911 também dispunha sobre a forma de ingresso no curso, como se davam as matrículas, exames finais e a certificação dos alunos concluintes. Foram criadas para este curso quatro disciplinas: Bibliografia; Paleografia e Diplomática; e Iconografia e Numismática. Estas disciplinas se desdobraram nas seguintes matérias: Administração de Bibliotecas; Catalogação; Cartografia; Sigilografia e Filateia, respectivamente. As disciplinas seriam ministradas pelos diretores/bibliotecários de cada seção da BN, e estas atendiam ao escopo de organização da mesma, já que o curso foi pensado para a capacitação dos servidores e melhorias na organização, estrutura e de serviços prestados pela biblioteca (CASTRO, 2009, p. 25; BRASIL, 1911).

A estrutura do curso não seguia um planejamento curricular e suas disciplinas se organizavam entre teoria e prática profissional (BURIN, 2009, p. 42). Apresentava para a época um curso de perfil humanista, dada a forte influência francesa advinda da *École des Chartes*. Era um composto de disciplinas com teor erudito que condizia com as exigências ao bibliotecário da época, de “possuir cultura geral o que incluía, além de conhecimento da língua materna, saberes universais nos diversos campos, aliados aos domínios dos idiomas falados nas Artes, Ciências e Letras” (CASTRO, 2000, p. 55). O bibliotecário que se formava na BN não só adquiria um perfil erudito como para ingressar no curso já deveria ter esses conhecimentos previamente evidenciados.

Para ingresso, os candidatos deveriam realizar exame composto de prova escrita e oral:

Art. 36. O candidato à matrícula passará por um exame de admissão que consistirá numa composição escripta em portuguez e numa prova oral sobre geographia, historia universal, historia litteraria e traducção do francez, do inglês e do latim, sendo dispensados de exame os candidatos que já houverem sido admitidos nas escolas superiores ou classificados em concursos de provas para provimentos de cargos da Bibliotheca (BRASIL,1911).

A primeira turma do curso da Biblioteca Nacional teve início somente em 1915, pois de 1911 a 1915 não houveram candidatos suficientes para criação de turmas. Peregrino explicou, em seu relatório de 1915, que “a falta de contratação de professores poderia ser um problema facilmente solucionado com a contratação de professores substitutos, se os funcionários naquele ano, não tivessem desistido das inscrições” (CASTRO, 2000, p. 54, apud ALMEIDA, 2012, p. 36).

A intenção do curso era capacitar tais funcionários dispostos a se tornarem bibliotecários da instituição e a formação de “um profissional com perfil erudito-guardião e, para tanto, o processo de ensino centrava-se no repasse de experiências pelos professores” (CASTRO, 2002, p. 27, apud BURIN, 2009, p. 42).

Os professores do curso eram bibliotecários da Biblioteca Nacional e, por essa razão, as disciplinas correspondiam às seções desta instituição (Bibliografia, Paleografia, Diplomática, Iconografia e Numismática). Eram divididas em disciplinas práticas e teóricas, com maior ênfase na teoria. Neste curso não havia planejamento curricular de forma a permitir uma articulação entre os conteúdos e a prática profissional. (BURIN, 2009, p. 42).

Para estar apto a fazer o exame final realizado a cada período era preciso: frequentar as aulas, que eram ministradas uma vez por semana com a duração de uma hora cada disciplina; e obter um percentual de 50% de presença (ALMEIDA, 2012, p. 42).

O programa das 4 disciplinas ministradas era composto pelas disciplinas que deveriam compreender: **1) bibliografia:** compreender sobre tipografia; história do papel, do pergaminho; história da imprensa, jornais, livro; sistemas de classificação, catalogação; tipos de fontes de informação; construção, iluminação, estrutura e organização de bibliotecas; bibliografia nacional; história da BN; organização e administração de bibliotecas; direitos autorais; empréstimo, aquisição e serviços de permuta; **2) iconografia,** na parte teórica: aprender sobre história e histórico das imagens e gravuras e formas de manusear esse tipo de material; manuscrito; conservação e restauração; tipos e técnicas e processos de gravuras;

ilustrações de livros; formação de coleções; classificação e catalogação desses materiais; aquarela, cores, estampas; conservação e restauração; na parte prática: reconhecimento de processos; estampas; preparo de fichas para diferentes catálogos; **3) paleografia:** escrita; criptografia, tipografia; papel e pergaminho; tipos de letras; encadernação e ornamentação; editoração de livro; classificação; **diplomática:** perfis da escrita e datas/períodos; documentos, selos e chancelarias; reconhecimento de documentos e moedas falsas; divisão e parte dos documentos; a prática: catalogação, classificação e organização de manuscritos; **4) numismática:** moedas e origem; reconhecimento de período e região de onde pertenciam as moedas; classificação, catalogação e organização de moedas e medalhas; tipos de moedas; conservação de medalhas (ALMEIDA, 2012, p. 37-41).

As disciplinas foram concebidas para atender as necessidades do tratamento do acervo da BN, oriundo da Biblioteca Real de Portugal. O acervo inicial era de coleções e obras históricas, que necessitavam de um cuidado especial para conservação, restauração. Isso consistia em um tipo de biblioteca e um currículo pensado especificamente para ela.

Segundo Almeida (2012), em 1923 o curso de Biblioteconomia da BN foi encerrado, retomando suas atividades em 1931. O decreto 20.673/1931 foi o que estabeleceu o retorno do curso e determinou a sua duração, que seria de dois anos. Sendo, “no primeiro ano ministradas as disciplinas de História Literária com aplicação à Bibliografia; Iconografia e Cartografia, e no segundo ano, Bibliografia, Paleografia e Diplomática” (ALMEIDA, 2012, p.43).

Houve uma reforma no ensino do curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, em 1964. Tal reforma trouxe uma modificação na forma do ensino realizado na BN e promoveu a criação dos Cursos da Biblioteca Nacional, sendo 3: Curso Fundamental de Biblioteconomia (C.F.B.); Curso Superior de Biblioteconomia (C.S.B.) e Cursos Avulsos (C.A.) (CASTRO, 2000).

O quadro 1 apresenta as disciplinas ministradas de 1915 a 1962 na BN - Rio de Janeiro (RJ):

Quadro 1 – Disciplinas ministradas na BN de 1915-1962.

Ano	Disciplinas ministradas no curso da Biblioteca Nacional (BN) – RJ
1915	Bibliografia; Paleografia e Diplomática; Referência.
1931	Bibliografia; Paleografia e Diplomática; História da Literatura; Iconografia e Cartografia.

(continua)

Quadro 1 – Disciplinas ministradas na BN de 1915-1962.

(conclusão)

1944	Organização e Administração de Bibliotecas; Catalogação; Classificação; Bibliografia e Referência; História do Livro e das Bibliotecas; História da Literatura (aplicada à Bibliografia); Noções de Paleografia.
1962	Técnica de Referência; Bibliografia Geral; Catalogação e Classificação; Organização e Administração de Bibliotecas; História do Livro e das Bibliotecas; Organização e Técnicas de Administração; Literatura e Bibliografia Literária; Introdução à Cultura História e Sociológica; Reprodução de Documentos; Paleografia; e Introdução à Cultura Filosófica e Artística.

Fonte: adaptado do quadro de Almeida (2012, p. 48).

O processo de “americanização” do curso de biblioteconomia da BN aconteceu de forma gradual, sendo modificadas aos poucos as disciplinas que apresentavam um teor erudito e acrescentando disciplinas mais relacionadas às técnicas profissionais. Esse processo se deu pela necessidade de conformação com as necessidades da bibliotecas e de seu acervo, demandados na época (CASTRO, 2000, apud ALMEIDA, 2012).

Devido as exigências do mercado de trabalho, a Biblioteca Nacional, em 1944, sob a gestão do escritor Josué Montello, obteve um caráter mais pragmático que ocasionou na modificação do currículo do curso com o acréscimo de disciplinas técnicas, tais como: Catalogação, Classificação, Bibliografia e Referência. Já em 1946, a Biblioteca Nacional, sob a direção de Rubens Borba de Moraes, passou por sua terceira reforma, de orientação norte-americana, onde é adotado o sistema decimal de Mevil Dewey e o catálogo-dicionário (CASTRO, 2000, apud ALMEIDA, 2012, p. 49).

As alterações no ensino de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional na década de 1940 fortaleceu uma mudança de ensino humanístico (de influência francesa) para um ensino de teor mais tecnicista, que acompanhava “as novas necessidades” de ensino de Biblioteconomia no Brasil. Apesar de críticas sobre o ensino norte-americano, Fonseca (1979, p. 35, apud ALMEIDA, 2012, p. 49) afirmava que “[...] o interesse pelos Estados Unidos que se notou a partir dos anos 30 veio da própria Europa [...]”.

2.2 São Paulo

Em São Paulo, em 1929, foi criado o Curso Elementar de Biblioteconomia, no Mackenzie College, sob orientação da bibliotecária americana Dorothy Muriel Gedds Gropp, e “voltado aos funcionários da biblioteca, professores e bibliotecários de outras instituições (...) sendo encerrado em 1936” (ALMEIDA, 2012, p. 44, apud CASTRO, 2000). Em 1929, as disciplinas ministradas eram: catalogação, classificação e organização de bibliotecas.

A primeira Escola de Biblioteconomia no Brasil, em nível de ensino superior, foi criada em São Paulo em 1936, no Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo (BURIN, 2009, p. 43). O curso foi criado por Rubens Borba de Moraes, e contou com apoio e parceria de Adelpa Silva Figueiredo.

Era forte a influência norte-americana no curso de São Paulo (SP) e este, portanto, foi considerado um curso de perfil tecnicista. Ao contrário da BN, o curso de SP tinha forte influência do “Columbia University”, uma escola norte-americana. O marco do ensino desta escola foi a inserção das técnicas biblioteconômicas que eram ensinadas aos seus estudantes, e isto gerou desconforto entre os profissionais e estudantes de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em 1937, o curso teve registro de 215 matrículas e destas o total de 59 alunos diplomados. (ALMEIDA, 2012, p. 46). O curso foi cancelado em 1939, devido a questões políticas e acusações de pouco reconhecimento e viabilidade do mesmo, Rubens Borba de Moraes teve apoio da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo que acolheu o curso de Biblioteconomia, sendo este instalado em 1940. (ALMEIDA, 2012, p. 46-47). O quadro 2 apresenta as disciplinas ministradas em São Paulo, de 1929 a 1961:

Quadro 2 – Disciplinas em São Paulo do período 1929-1961.

Ano	Disciplinas Ministradas em São Paulo
1929	Catálogo; Classificação; Organização de Bibliotecas.
1941-1942	Catálogo; Classificação; Bibliografia; História do Livro; Organização de Bibliotecas.
1943-1959	Catálogo; Classificação; Bibliografia; Organização de Bibliotecas; História do Livro e Paleografia.
1960-1961	Catálogo; Classificação; Referência e Bibliografia; História do Livro; Paleografia; Organização e Administração de Bibliotecas; Seleção de Livros; Introdução à Cultura Artística; Introdução à Cultura Filosófica; Introdução às Ciências Sociais; Documentação.

Fonte: Adaptado de Almeida (2012, apud CASTRO, 2000).

Não havia muita consonância entre o ensino de biblioteconomia da BN e de São Paulo devido ao modelo de ensino e da discussão sobre vertentes tecnicista e humanista.

2.3 Expansão dos Cursos de Biblioteconomia no Brasil

Entre 1930 a 1960 o Brasil viveu um período de expansão dos cursos de Biblioteconomia, “marcada pelas ações do Instituto Nacional do Livro, no sentido de incentivar a criação de novas bibliotecas e fomentar cursos regulares de Biblioteconomia” (ALMEIDA, 2012, p. 51).

Os primeiros acadêmicos formados no curso de Biblioteconomia do Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo eram de vários estados e ao retornarem às suas cidades, foram criando novos cursos de Biblioteconomia. (BURIN, 2009, p. 43).

Então, na década de 40, haviam seis cursos de Biblioteconomia no Brasil, como pode ser observado no quadro 3:

Quadro 3 - Escolas de Biblioteconomia no Brasil na década de 40.

Ano	Instituição
1940	Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro
1942	Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Bahia – UFBA
1945	Faculdade de Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica – PUCCAMP
1947	Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
1950	Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Paraná – UFPR
1950	Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais –UFMG

Fonte: Adaptado de Burin (2009) e Almeida (2012).

A década de 1950 foi marcada pela realização do primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia (CBBBD) e criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), o referido instituto realizou, em 1955, o Curso de Pesquisa Bibliográfica, voltado não só para bibliotecários, mas também para aqueles que trabalhavam com documentação. No fim da década de 1950, o Brasil contava com 10 cursos de Biblioteconomia, espalhados pelo Brasil (Minas Gerais, Paraná, Amazônia e Cidade de São Carlos-SP). E o curso do Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura de Recife transferido para a Universidade Federal de Pernambuco (ALMEIDA, 2012, p. 51).

Para Castro (2000, p. 109)

A partir da Reforma dos Cursos da Biblioteca Nacional, da transferência do Curso de São Paulo, Biblioteca Municipal, para a Escola Livre de Sociologia

e Política, da expansão do ensino nas diversas regiões do país (...), estabeleceram-se algumas problemáticas e vantagens. No primeiro plano, ocorreu o transplante curricular de São Paulo e Rio de Janeiro, de modo acrítico, **desconsiderando as necessidades e características de cada local**. Ainda, os cursos criados nos diversos estados contavam com um reduzido quadro de professores, sem dedicação exclusiva à docência. (CASTRO, 2000, p. 109, *grifo nosso*).

Segundo Almeida (2012), a década de 1960 foi marcada por relevantes acontecimentos, quais sejam: regularização da profissão; o curso de Biblioteconomia sendo considerado como de graduação e com duração mínima de 3 anos; aumento das escolas de graduação em biblioteconomia. Em 1965 o Brasil possuía 14 cursos em funcionamento: Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, (RJ); Escola de Bibliotecários e Documentalistas da Fundação Desembargador “Álvaro Clemente de Oliveira”, (BA); Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Bahia, (BA); Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Nacional de Brasília, (DF); Escola de Biblioteconomia e Documentação Santa Úrsula, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, (RJ); Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, (MG); Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará (PA); Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Paraná (PR); Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Pernambuco, (PE); Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RS); Escola de Biblioteconomia de São Paulo, (SP); Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Católica de Campinas, (SP); Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos (SP). No período de 1939-1960, cinco escolas de Biblioteconomia foram desativadas, sendo 4 em São Paulo e 1 em Recife (ALMEIDA, 2012, p. 51-52).

Outros eventos importantes aconteceram na área biblioteconômica na década de 1960, como é possível observar no quadro 4, a seguir:

Quadro 4 – Eventos importantes para a área Biblioteconômica de 1950-1965

Data	Eventos/Acontecimentos
1950	1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia (CBBB) e criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD).
1955	Realização do Curso de Pesquisa Bibliográfica, pelo IBBB.
1960	Fixação do 1º Currículo Mínimo de Biblioteconomia.
1965	Existência de 13 cursos de Biblioteconomia, formando 3.132 bibliotecários.

Fonte: Almeida (2012, p. 51)

De 1930 à 1960 algumas escolas de Biblioteconomia tiveram suas atividades encerradas, como pode ser observado no quadro 5.

Quadro 5 – Escolas de brasileiras de Biblioteconomia desativadas no período de 1939-1960

Escolas desativadas entre 1930-1960	Período de Atividades
Escola de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae (SP)	1944-1960
Escola de Biblioteconomia da Prefeitura de Recife (PE)	1948-1950
Escola de Biblioteconomia Nossa Senhora de Sion (SP)	1948-1949
Curso de Biblioteconomia de Caetano de Campos (1951-1953)	1951-1953
Curso de Biblioteconomia da Prefeitura do Município de São Paulo (SP)	1937-1939

Fonte: Russo (1966, apud ALMEIDA, 2012, p. 52).

A pressão pela regularização da profissão de bibliotecário no Brasil e de uma uniformização do ensino de Biblioteconomia no país foi o que ocasionou a criação e promulgação das leis e resoluções que defendiam e asseguravam o exercício profissional. Estabeleceu-se assim que o profissional bibliotecário deveria necessariamente ser formado em curso superior de Biblioteconomia. Como afirma Burin (2009, p. 45):

Em 1962 os cursos de Biblioteconomia brasileiros foram regulamentados através da resolução de 16 de novembro de 1962, do Conselho Federal de Educação, que fixou o Currículo Mínimo e determinou duração dos cursos. Com a Lei 4.084, de 1962, e o Decreto de Lei 56.725, de agosto de 1965, a profissão de biblioteconomia foi regulamentada. (BURIN, 2009, p. 45).

Na década de 1970 foram criados os cursos de Mestrado em Ciência da Informação do IBBD (1970); os mestrados em Biblioteconomia na UFMG e na PUC – Campinas, em 1976 e na UFPB em 1978; e o mestrado em Biblioteconomia e Documentação da UnB em 1978. O momento também foi de criação dos periódicos científicos da área, que tiveram “importante papel na propagação das informações e como fontes de material didático para o ensino” (SOUZA, 1990; MUELLER, 1998 apud ALMEIDA, 2012, p 53).

Segundo Almeida (2012, p. 53) na década de 70 também foram criados os cursos de biblioteconomia nas seguintes instituições:

Os cursos de Biblioteconomia na Universidade Estadual de Londrina – UEL – PR, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC – SC, no Centro Universitário de Formiga – UNIFOR – MG, na Universidade Federal Fluminense – UFF – RJ, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES,

Faculdades Integradas Teresa D'Ávila – FATEA/Lorena – SP, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG e nas Faculdades Integradas Coração de Jesus – FAINC – SP surgiram nos anos de 1970 (ALMEIDA, 2012, p. 53).

Vale ressaltar que diferentemente do que afirma Almeida (2012, p.53), a plataforma oficial do Ministério da Educação, o e-MEC, aponta que o curso de biblioteconomia da UNIFOR-MG foi criado no ano de 1968 e o curso de Biblioteconomia e Documentação da UFF foi criado em 1963.

O primeiro Currículo Mínimo do curso de Biblioteconomia surgiu em 1962 e a partir de 1963 ele deveria começar a ser implantado em todos os cursos de Biblioteconomia do Brasil. Foi permitido que as escolas de Biblioteconomia complementassem seus programas de disciplinas. Em 1971 a Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) começou a convocar reuniões para discussão de um novo Currículo Mínimo, e este surgiu em 1982. (BURIN, 2009; ALMEIDA, 2012).

Segundo Almeida (2012), a expansão de cursos de Biblioteconomia entre os anos de 1980 a 1990 foi muito pequena, tendo sido criados apenas: o curso de Biblioteconomia da UFG em 1980 e os cursos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e Universidade Federal de Alagoas, ambos em 1990. Até 1990 havia um total de 30 cursos de biblioteconomia ativos no país. Na década de 2000, oito novos cursos de biblioteconomia foram criados no Brasil

[...] na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), no Instituto de Ensino Superior da Funlec (IESFunlec – MS), na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Instituto Manchester Paulista de Ensino Superior (IMAPES), na Universidade Federal do Ceará (UFC), na Faculdade de Ciência da Informação de Caratinga FCIC e no Centro Universitário Assunção (UNIFAI – SP). (ALMEIDA, 2012, p. 53-54).

O quadro 6 apresenta os cursos de biblioteconomia (data de criação e as instituições, e o nome das unidades em que os cursos estão designados atualmente) de 1911 até 2016, data dessa pesquisa.

Quadro 6 – Cursos de Biblioteconomia criados de 1911 até 2016.

Ano de Criação	Escola	Situação
1911	Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO ¹ . Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH). Escola de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
1929	Curso Elementar de Biblioteconomia do Mackenzie College (SP).	DESATIVADO
1937	Curso de Biblioteconomia da Prefeitura Municipal de São Paulo.	DESATIVADO
1940	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP . Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação.	EM ATIVIDADE
1942	Universidade Federal da Bahia – UFBA . Instituto de Ciência da Informação (ICI). Curso de Biblioteconomia e Documentação / Curso de Arquivologia	EM ATIVIDADE
1944	Escola de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae. (SP).	DESATIVADO
1945	Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas/SP . Curso de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
1947	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS . Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico). Curso de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
1948	Escola de Biblioteconomia Nossa Senhora de Sion (SP)	DESATIVADA
	Escola de Biblioteconomia da Prefeitura de Recife.	DESATIVADA
1950	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG . Escola de Ciência da Informação. Curso de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE . Departamento de Ciência da Informação. Curso de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
1951	Curso de Biblioteconomia do Instituto de Caetano de Campos (SP).	DESATIVADO
1957	Universidade Santa Úrsula – USU /RJ . Instituto de Tecnologia da Informação. Curso de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
1959	Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/SP . Departamento de Ciência da Informação. Biblioteconomia e	EM ATIVIDADE
1960	Pontifícia Universidade Católica – Paraná. Curso Técnico em Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
1962	Universidade Brasília – UNB . Faculdade de Ciência da Informação. Curso de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
1963	Universidade Federal do Pará – UFPA . Faculdade de Biblioteconomia. Curso de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE

(continua)

¹ O curso foi realizado inicialmente na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Não encontramos registros da data exata de migração para a UNIRIO.

Quadro 6 – Cursos de Biblioteconomia criados de 1911 até 2016.

(continuação)

1963	Universidade Federal Fluminense – UFF – RJ . Instituto de Arte e Comunicação Social. Departamento de Documentação. Curso de Biblioteconomia / Curso de Arquivologia.	EM ATIVIDADE
1965	Universidade Federal do Ceará – UFC - CE . Centro de Humanidades. Departamento de Ciências da Informação. Curso de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
	Escola de Biblioteconomia e Documentação da Fundação Desembargador “Álvaro Clemente de Oliveira” (BA).	DESATIVADA
1966	Universidade Federal do Amazonas – UFAM . Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL). Departamento de Biblioteconomia. Curso de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
	Universidade de São Paulo – USP . Escola de Comunicação e Artes (ECA). Departamento de Biblioteconomia. Curso de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
1968	Centro Universitário de Formiga – UNIFOR - MG . Escola de Biblioteconomia (ESBI). Curso de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
1969	Universidade Federal do Maranhão – UFMA . Centro de Ciências Sociais. Curso de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
	Universidade Federal da Paraíba – UFPB . Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA). Departamento de Ciência da Informação (DCI). Curso de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
1972	Universidade Estadual de Londrina – UEL - PR . Departamento de Ciência da Informação. Curso de Biblioteconomia / Curso de Arquivologia.	EM ATIVIDADE
1973	Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC - SC . Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED). Departamento de Biblioteconomia e Gestão da Informação (DBI). Curso de Biblioteconomia – Habilitação em Gestão da Informação.	EM ATIVIDADE
	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC . Centro de Ciências da Educação. Departamento de Ciência da Informação. Curso de Biblioteconomia / Curso de Arquivologia.	EM ATIVIDADE
1974	Universidade Federal do Espírito Santo – UFES . Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Departamento de Ciência da Informação. Curso de Biblioteconomia / Curso de Arquivologia.	EM ATIVIDADE
1975	Faculdades Integradas Teresa D’Ávila – FATEA /Lorena – SP . Curso de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
1976	Faculdades Integradas Coração de Jesus – FAINC – SP . Faculdade de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
1977	Universidade Estadual Paulista – UNESP . Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC). Departamento de Ciência da Informação (DCI). Curso de Biblioteconomia /Curso de Arquivologia.	EM ATIVIDADE

Quadro 6 – Cursos de Biblioteconomia criados de 1911 até 2016.

(continuação)

1978	Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG . Departamento de Biblioteconomia e História. Curso de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
1980	Universidade Federal de Goiás – UFG . Faculdade de Informação e Comunicação. Curso de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
1997	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN . Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Curso de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
1998	Universidade Federal do Alagoas – UFAL . Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte. Curso de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
1999	Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT . Instituto de Ciências Humanas e Naturais. Curso de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
2001	Instituto de Ensino Superior da Funlec – IESF -Funlec - MS . Curso de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
2003	Universidade Estadual do Piauí – UESPI . Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA). Curso de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
	Universidade de São Paulo – USP . Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Departamento de Física e Matemática. Curso de Ciência da Informação e Documentação – Habilitação em Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
2005	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ . Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC). Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE). Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG).	EM ATIVIDADE
	IMAPES – Instituto Manchester Paulista de Ensino Superior. Curso de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
	Centro Universitário Assunção – UNIFAI - SP .	EM ATIVIDADE
2006	Universidade Federal do Cariri – UFCA . Curso de Biblioteconomia. Campus Cariri.	EM ATIVIDADE
	Faculdade de Ciência da Informação de Caratinga – FCIC .	EM ATIVIDADE
2009	Universidade Federal de Rondônia - UNIR . Departamento de Ciência da Informação. Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (NUCSA). Curso de Biblioteconomia.	EM ATIVIDADE
	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel - FCSAC . Curso de Biblioteconomia.	DESATIVADO
	Faculdade Capixaba da Serra - MULTIVIX SERRA . Curso de Biblioteconomia.	DESATIVADO
	Universidade Federal de Sergipe - UFS . Departamento de Ciência da Informação (DCI). Curso de Biblioteconomia e Documentação	EM ATIVIDADE

Quadro 6 – Cursos de Biblioteconomia criados de 1911 até 2016.

(conclusão)

2009	Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO . Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH). Escola de Biblioteconomia. Curso de Biblioteconomia (Licenciatura).	EM ATIVIDADE
2010	Faculdades Integradas Cândido Rondon - UNIRONDON . Graduação em Biblioteconomia.	DESATIVADA
2013	Universidade de Caxias do Sul - UCS . Curso de Biblioteconomia EAD.	EM ATIVIDADE
2016	Centro Universitário Claretiano. Curso de Biblioteconomia EAD.	EM ATIVIDADE
* ²	Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ . Curso de Biblioteconomia EAD.	EM ATIVIDADE
	Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC . Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ubá. Curso de Biblioteconomia.	DESATIVADA
	Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações – UNINCOR . Instituto de Ciências Organizacionais e Administrativas (INCOA). Curso de Biblioteconomia.	DESATIVADA
	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJU . Departamento de Pedagogia. Curso de Licenciatura em Biblioteconomia.	DESATIVADA
	Faculdades Tereza Martin – FATEMA . Curso de Administração da Informação.	DESATIVADA

Fonte: adaptado de Almeida (2010) e *site* do MEC (e-MEC).

Conforme mostra o quadro 6, no período, de 1911 a 2016, foram criados 56 cursos de Biblioteconomia no Brasil. Atualmente tem-se 42 cursos ativos, destes 3 (três) à distância, 1 (um) técnico e 1 (um) de licenciatura.

² Não identificado

3 DIRETRIZES DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

3.1 Currículo Mínimo de Biblioteconomia – MEC/1962

Houve um avanço na criação de cursos de Biblioteconomia no Brasil na década de 1960, porém até essa década ainda não havia um currículo que orientasse os programas das disciplinas e nem a duração do curso, que divergia muito em cada instituição que ministrava o curso. Era preciso então, tanto a regulamentação de um currículo quanto a regularização da profissão no país. A Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários (FEBAB), criada em 1959, tinha por objetivo fortalecer a profissão de Biblioteconomia no Brasil e regulamentar seu exercício no país, fato este que dependia da regularização curricular dos cursos de formação.

“Até 1962, os bibliotecários brasileiros encontravam-se no dilema de não terem garantido os seus direitos pela ausência de uma lei que regulamentasse a profissão” (CASTRO, 2000, p. 151). Havia, nesse período, profissionais de outras áreas desempenhando atividades de classificação e organização de acervo, que eram entendidas como atividades a serem desempenhadas por bibliotecários (CASTRO, 2000).

Até 1959 o único reconhecimento legal da profissão do bibliotecário tinha sido feita pelo DASP³, que a classifica como carreira de nível superior e de natureza **técnica e científica**. Cargo técnico ou científico seria aquele para cujo exercício fosse indispensável a aplicação de conhecimentos científicos de nível superior de ensino, conforme explicitado no Decreto nº 35.956, de 1954 (CASTRO, 2000, p. 152, *grifo nosso*).

Na época dos primeiros cursos de Biblioteconomia no Brasil não existia um currículo único. Pela diversidade dos currículos e a duração dos cursos a FEBAB se engajou na luta pela regularização dos cursos de Biblioteconomia. (BURIN, 2009, p. 45)

Como explica Russo (1966, apud Almeida 2012)

O Currículo Mínimo (CM) de 1962 surgiu da necessidade dos bacharéis em Biblioteconomia terem o registro dos diplomas da Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, como estabelece o Art. 4 da Lei 4.084/62 que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. O currículo Mínimo foi elaborado por uma comissão nomeada pelo Conselho Federal de Educação, formada por: Abner Lellis Corrêa

³DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público, criado pelo Decreto de Lei nº 579 de 30 de julho de 1938. O D.A.S.P organizava e fiscalizava os concursos federais sobre os cargos e profissões.

Vicentini (UnB); Cordelia Cavalcanti (UnB); Edson Nery da Fonseca (UnB); Etelvina Lima (UnB); Nancy Westefallen Corrêa (UFPR); Sully Brodbeck; Zilda Machado Taveira (FESP-SP). (RUSSO, 1966, apud ALMEIDA, 2012, p.57).

Em 16 de novembro de 1962 foi aprovado pela Resolução Lei 4.084, o primeiro Currículo Mínimo do curso de Biblioteconomia do Brasil. O Currículo Mínimo do curso de Biblioteconomia de 1962 foi determinado pelo Conselho Federal de Educação (CFE), do Ministério de Educação, responsável por analisar as disciplinas apresentadas pela Comissão convidada a construir o Currículo. Também em 1962, com a Lei 4.084 e o Decreto de Lei 56.725 de 18 de agosto de 1965 foi regulamentada a profissão de bibliotecário no país (ALMEIDA, 2012). O Currículo Mínimo regia os cursos quanto à sua duração, disciplinas ofertadas e perfil curricular, promovendo uma “uniformidade” de ensino de Biblioteconomia no País.

O Conceito de Currículo Mínimo adveio pela lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Fixou-se, com essa lei, que o Currículo Mínimo representa um grupo de conteúdos e ações “correspondentes a um programa de formação a ser desenvolvido seguindo critérios pré-estabelecidos” (BRASIL, 1961; CHRISTOFARO, 1999 apud SANTOS, 2016, p. 25).

O primeiro Currículo Mínimo de Biblioteconomia – MEC/1962 foi criado considerando a necessidade de regularização da profissão. A base para a criação do Currículo Mínimo adveio do curso de São Paulo, que trazia influência tecnicista norte-americana e as necessidades da Biblioteca Nacional (BN).

Para que o diploma fosse validado, o curso deveria seguir as disciplinas do Currículo Mínimo aprovado pelo CFE que tornava a profissão de bibliotecário “como de nível superior e privativa dos bacharéis de Biblioteconomia”. (ALMEIDA, 2012, p.57). O Currículo Mínimo aprovado pelo CFE deveria ser adotado por todas as escolas à partir de 1963, porém alguns cursos o complementavam com outras disciplinas.

O Currículo de 1962 apresentava dois grandes grupos, um de conteúdo cultural e humanístico, e o outro, técnico (MUELLER, 1988). Entretanto, já em 1966 Russo⁴ relatava que muitas escolas não ficaram satisfeitas com o Currículo Mínimo, pois consideravam excessivo o número de matérias culturais. Da mesma forma que Macedo (1963, p. 3) considerava que o

⁴ Laura Garcia Moreno Russo produziu trabalhos sobre a Biblioteconomia brasileira sendo o seu trabalho “A Biblioteconomia Brasileira” de 1960 uma referência para as pesquisas à respeito do ensino de biblioteconomia no Brasil.

currículo tinha “[...] excesso de matérias culturais e falta de matérias técnicas” (ALMEIDA, 2012, p. 58).

Em 1962, a Comissão de Especialistas em Biblioteconomia sugeriu essas disciplinas com modelo de Currículo Mínimo para o curso de Biblioteconomia:

- Bibliografia
- Catalogação
- Classificação
- Documentação
- História da Arte
- História da Ciência e da Tecnologia
- História da Literatura
- História dos Livros e das Bibliotecas
- Introdução à Filosofia, Introdução às Ciências Sociais
- Organização e Administração das Bibliotecas e Serviços de Documentação
- Referência.

Mesmo sendo concebido por uma comissão de especialistas o Currículo Mínimo não foi inteiramente aprovado pelo Conselho Federal de Educação. A estrutura curricular proposta não agradou a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), que argumentava que o Currículo servia aos interesses da Biblioteca Nacional, havia o descontentamento com a disciplina de Paleografia ser ministrada em separado, uma vez que poderia ser componente da Disciplina “Histórias do Livro e das Bibliotecas”. Indicaram a falta de disciplinas voltadas para a seleção de livros e uma ressalva sobre a junção das disciplinas de catalogação e classificação. Segundo Almeida (2012, p. 58) o Currículo Mínimo de Biblioteconomia aprovado através da resolução de 16 de novembro de 1962, ficou organizado com as seguintes disciplinas:

- História do Livro e das Bibliotecas
- História da Literatura
- História da Arte
- Introdução aos Estudos Históricos e Sociais
- Evolução do Pensamento Filosófico e Científico
- Organização e Administração de Bibliotecas

- Catalogação e Classificação
- Bibliografia e Referência
- Documentação
- Paleografia

Além das disciplinas, ficou definido que a duração do curso seria de três anos letivos. (CASTRO, 2000, p. 208).

Este currículo objetivava, entre outras questões, atender às necessidades do “mercado de trabalho biblioteconômico ascendente”, ao aumento da produção científica brasileira que requeria organização e controle, e as técnicas biblioteconômicas eram o canal privilegiado para isso, justificando a inclusão de disciplinas como *Catalogação, Classificação e Bibliografia*. Evidente que para não configurar a formação do bibliotecário como exclusivamente técnica foram incorporadas **algumas disciplinas culturais**. (CASTRO, 2000, p. 509, *grifo nosso*).

Com a implementação do Currículo Mínimo de Biblioteconomia MEC/1962, as escolas de biblioteconomia do país tiveram que à partir de 1963 adotar essas diretrizes curriculares. Era necessário que todas as disciplinas compusessem a grade, porém, não impedia que os cursos incluíssem ou ampliassem seus currículos com outras disciplinas. O quadro 7 apresenta as disciplinas dos 14 cursos de biblioteconomia desta época, após a implantação do Currículo Mínimo de Biblioteconomia – MEC/1962.

Quadro 7 - Disciplinas ministradas nos cursos à partir da implantação do CM de 1962.

Instituição	Currículo
Escola de Bibliotecários e Documentalistas da Fundação Desembargador Álvaro Clemente de Oliveira	Bibliografia e Referência, Catalogação, Classificação, Documentação, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, História da Arte, História da Literatura, História dos Livros e das Bibliotecas, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Introdução as Ciências Sociais, Língua Alemã, Língua Francesa, Língua Espanhola, Língua Inglesa, Literatura Brasileira e Portuguesa, Organização e Administração de Bibliotecas Especializadas, Paleografia, Psicologia e Seleção de Livros e Bibliografia Especializada (RUSSO, 1966, p. 35, apud ALMEIDA, 2012, p. 60.).

(continua)

Quadro 7 - Disciplinas ministradas nos cursos à partir da implantação do CM de 1962.

(continuação)

Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Bahia	Administração, Bibliografia e Referência, Bibliografia Especializada, Catalogação e Classificação, Documentação, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, História da Arte, História da Literatura, História do Livro, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Língua Alemã ou Francesa, Língua Inglesa, Literatura Brasileira, Literatura Universal, Organização de Bibliotecas, Paleografia, Psicologia, Seleção (RUSSO, 1966, p. 37, apud ALMEIDA, 2012, p. 60).
Faculdade de Biblioteconomia da Universidade de Brasília (UnB)	Bibliografia, Catalogação, Classificação, Documentação, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, História da Arte, História da Literatura, História dos Livros e das Bibliotecas, Introdução à Documentação. Introdução à Biblioteconomia, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Organização do Trabalho Intelectual, Organização e Administração de Bibliotecas e Paleografia (RUSSO, 1966, p. 39, apud ALMEIDA, 2012, p. 61).
Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará (UFC)	Bibliografia, Catalogação, Classificação, Documentação, Evolução do Pensamento Filosófico, Evolução do Pensamento Científico, História da Arte, História da Literatura, História das Bibliotecas, História dos Livros, Introdução aos Estudos Históricos, Introdução aos Estudos Sociais, Línguas Estrangeiras, Organização e Administração de Bibliotecas, Paleografia e Técnicas de Serviços de Referência (RUSSO, 1966, p. 43, apud ALMEIDA, 2012).
Biblioteca Nacional (RJ)	Bibliografia Geral, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, História da Arte, História dos Livros e das Bibliotecas, Introdução à Catalogação e Classificação, Introdução à Cultura Histórica e Sociológica, Organização e Administração de Bibliotecas, Literatura e Bibliografia Literária, Organização e Técnica de Documentação, Paleografia, Reprodução de Documentos, Técnica de Serviços de Referência (RUSSO, 1966, p. 45 apud ALMEIDA, 2012, p. 62).
Escola de Biblioteconomia e Documentação Santa Úrsula da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Bibliografia e Referência, Catalogação e Classificação, Documentação, Doutrina Social da Igreja, Encadernação, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, História da Arte, História da Literatura, História do Livro e das Bibliotecas, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Organização e Administração de Bibliotecas, Organização de Administração de Bibliotecas e Centros de Documentação, Paleografia, Seleção de Livros e Orientação de Leitura (RUSSO, 1966, p. 45 apud ALMEIDA, 2012, p. 62)

Quadro 7 - Disciplinas ministradas nos cursos à partir da implantação do CM de 1962.

(continuação)

Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Administração Geral, Bibliografia Especializada, Bibliografia Geral e Referência, Catalogação, Catalogação e Classificação de Materiais Especiais, Classificação, Documentação, Doutrina Social da Igreja, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, História da Arte, História da Literatura, História do Livro e das Bibliotecas, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Organização e Administração de Bibliotecas, Paleografia (RUSSO, 1966, p. 50 apud ALMEIDA, p. 63).
Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará (UFPA)	Bibliografia e Referência, Catalogação, Classificação, Documentação, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, História da Arte, História da Literatura, História do Livro e das Bibliotecas, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Organização e Administração de Bibliotecas, Paleografia (RUSSO, 1966, p. 54 apud ALMEIDA, 2012, p. 63)
Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Bibliografia e Referência, Catalogação, Classificação, Documentação, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, História da Arte, História da Literatura, História do Livro, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Organização e Administração de Bibliotecas, Relações Públicas (RUSSO, 1966, p. 54 apud ALMEIDA, 2012, p. 63).
Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Administração de Bibliotecas, Bibliografia, Bibliografia Especializada, Catalogação e Classificação de Material Especializado, Classificação, Documentação, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, História da Literatura, História do Livro e das Bibliotecas, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Organização de Bibliotecas, Paleografia, Psicologia das Relações Humanas, Referência, Seleção de Material Bibliográfico (RUSSO, 1966, p. 56 apud ALMEIDA, 2012, p. 63).
Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Bibliografia e Referência, Catalogação, Classificação, Documentação, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, História da Arte, História da Literatura, História do Livro e das Bibliotecas, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Organização e Administração de Bibliotecas, Seleção de Livros, Psicologia das Relações Humanas (RUSSO, 1966, p. 59 apud ALMEIDA, 2012, p. 63).
Curso de Biblioteconomia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FEPEPS	Bibliografia, Catalogação, Classificação, Documentação, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, História da Arte, História do Livro e das Bibliotecas, Introdução à Cultura Artística, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Literatura e Bibliografia Literária, Organização, Paleografia, Referência, Seleção de Livros (RUSSO, 1966, p. 61 apud ALMEIDA, 2012, p. 64).

Quadro 7 - Disciplinas ministradas nos cursos à partir da implantação do CM de 1962.

(conclusão)	
Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Católica de Campinas	Bibliografia, Catalogação, Classificação, Cultura Religiosa, Documentação, Ética Profissional, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, História da Arte, História da Literatura Brasileira, História da Literatura Geral, História do Livro e das Bibliotecas, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Organização e Administração de Bibliotecas, Paleografia, Referência, Relações Humanas (RUSSO, 1966 apud ALMEIDA, 2012, p. 64).
Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos	Catalogação, Classificação, Ciências Sociais, Cultura Artística, Cultura Científica, Cultura Filosófica, Cultura Histórica, Documentação, Encadernação, História do Livro, Organização e Administração de Bibliotecas, Paleografia, Psicologia, Referência e Bibliografia, Relações Públicas e Ética Profissional, Seleção de Livros, Teoria da Organização e Administração, Literaturas Brasileira e Portuguesa (RUSSO, 1966, p. 66 apud ALMEIDA, 2012, p. 64).

Fonte: adaptado de Almeida (2012, p. 61-64).

Segundo Almeida (2012, p. 64-65) o Currículo Mínimo do curso de Biblioteconomia de 1962 se dividia igualmente em disciplinas técnicas e humanísticas (5 de cada), os cursos daquela época seguiam as recomendações desse currículo e apesar das reclamações sobre o excessivo número de disciplinas culturais “42% das escolas (seis) em atividade adotaram mais disciplinas culturais em seu currículo do que técnicas” (ALMEIDA, 2012, p. 65).

Apesar de Almeida (2012) indicar que o currículo era dividido igualmente em disciplinas técnicas e humanísticas, no entanto, não é possível notar esse caráter humanístico, prevalecendo disciplinas voltadas para as técnicas operacionais. Souza (2003, p. 35), explica em seu livro *Modernização e Biblioteconomia Nova no Brasil* os aspectos do ensino de biblioteconomia no país que se resumem a capacitar o bibliotecário para cadastrar documentos, descrevê-lo, identificar tematicamente, em organização do espaço físico e mobiliário, preparação de fichas. Um grande número de técnicas que distanciam o bibliotecário da vivência e contato com o usuário.

Depois da Reforma Universitária de 1968 até os anos 70, muitos cursos de Biblioteconomia foram criados, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste. Este cenário fomenta as discussões sobre criação de um novo currículo e a expansão da duração de 3 para 4 anos. Pensava-se que o currículo deveria atender às novas tendências da área de ciência e

tecnologia. Além de se observar um crescimento das discussões educacionais da área (CASTRO, 2000, p. 260-261).

3.2 O Currículo Mínimo de Biblioteconomia – MEC/1982

As discussões sobre os conteúdos do Currículo Mínimo de Biblioteconomia de 1962 e sua adequação ao mercado de trabalho fizeram com que a Associação Brasileira de Biblioteconomia e Documentação – ABEBD convocasse algumas reuniões em 1971, para discutir a necessidade de alterações e atualizações curriculares e sua consequente reformulação (BURIN, 2009; ALMEIDA, 2012).

Foi então que em 1979, o Conselho Federal de Educação (CFE) solicitou sugestões de modificações do currículo para diversos profissionais da área:

A própria Secretaria do Ensino Superior (SESu) do Ministério da Educação organizou um grupo de trabalho com a seguinte constituição: Presidência da ABEBD; Assessores técnicos do SESu; Professores da UFM, USP, UFPB, UFPR, UnB e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Esse grupo de trabalho elaborou uma proposta de reformulação do CM e encaminhou ao CFE em 1981 para apreciação. Na época, o relator do processo, Dom Luciano José Cabral Duarte, solicitou o envio de reformulação para todas as instituições que mantinham o curso de Biblioteconomia. (BRASIL, 1982, apud ALMEIDA, 2012, p. 66).

A proposta de reformulação curricular apresentada por Dom Luciano José Cabral, relator do processo, considerou que: o curso de Biblioteconomia tivesse duração de 4 anos; a disciplina Documentação não fosse retirada; o novo currículo fosse chamado de Currículo Mínimo de Biblioteconomia e Documentação. (BRASIL, 1982 apud ALMEIDA, 2012, p. 67). A duração seria de 2.500 horas com prazo mínimo de 4 anos e máximo de 7 anos (ALMEIDA, 2009, p. 69).

Para Burin (2009, p. 47), as principais discussões sobre as alterações curriculares compreendiam

- a preocupação dos profissionais em reorientar a Biblioteconomia de uma “organização para a preservação” para uma “organização para difusão e uso”, ou seja, o foco da profissão passa da preservação para o uso da informação. De acordo com Mueller (1988, p. 10), essa intenção fica evidente na frase “prover o acesso eficiente à informação é a tarefa do bibliotecário”, apresentada na proposta de 1981;
- a preocupação com uma formação voltada ao atendimento do usuário;
- **a preocupação com as diferenças regionais brasileiras, ou seja, era necessário um currículo com ênfase nas características de cada região;**

- o desenvolvimento de novas tecnologias que permitiam o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho bibliotecário;
- o desejo de capacitar o bibliotecário como administrador de unidades de informação (BURIN, 2009, p. 47, *grifo nosso*).

Esse novo currículo buscava diretrizes de orientação para um bibliotecário capaz de “selecionar, reunir, organizar e disseminar a informação disponível em materiais bibliográficos e audiovisuais, com o objetivo de facilitar o acesso do usuário à informação adequada às suas necessidades” (BURIN, 2009, p. 47).

O currículo buscava um equilíbrio entre as disciplinas técnicas e humanistas e pela primeira vez se conseguiu abarcar três grupos: matérias de disciplinas de fundamentação geral, de formação profissional e instrumentais (BURIN, 2009; ALMEIDA, 2012).

O currículo se norteou para ser efetivamente mínimo; incoativo, abrangente, flexível; e ter matérias complementares entre si (ALMEIDA, 2012, p. 69). Assim, as disciplinas que compunham o Currículo Mínimo de Biblioteconomia – MEC/198, como mostra o quadro 8 são:

Quadro 8 – Currículo Mínimo de Biblioteconomia – MEC/1982.

Currículo Mínimo de Biblioteconomia e Documentação MEC/1982	
Matérias de Fundamentação Geral	<ul style="list-style-type: none"> - Comunicação - Aspectos Sociais, Políticos e Econômicos do Brasil Contemporâneo - História da Cultura
Matérias Instrumentais	<ul style="list-style-type: none"> - Lógica - Língua e Literatura Portuguesa - Língua Estrangeira Moderna
Matérias de Formação Profissional	<ul style="list-style-type: none"> - Métodos e Técnicas e Pesquisa - Informação Aplicada à Biblioteconomia - Produção de Registros de Conhecimento - Formação e Desenvolvimento de Coleções - Controle Bibliográfico de Registros do Conhecimento - Disseminação da Informação - Administração de Bibliotecas

Fonte: adaptado de Castro (2000, p. 70).

Esse currículo também recebeu críticas, de professores e dos órgãos de classe que afirmavam que esse currículo “não atendia aos aspectos sociais da profissão e não dava uma formação adequada ao bibliotecário” (BURIN, 2009, p. 50). Todas as matérias desse novo currículo, exceto história da cultura, remetem às técnicas do fazer biblioteconômico.

3.3 LDB e Diretrizes Curriculares Nacionais

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) orienta sobre a organização do sistema educacional brasileiro, sendo este organizado em educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) e educação superior. A primeira versão da LDB **foi promulgada em 1961**, porém, quando foi publicada já apresentava defasagem em sua estrutura, por sua demora na publicação. Cientes dessa defasagem, as discussões sobre uma reestruturação da LDB tiveram início, porém com o golpe militar de 1964, estas iniciativas foram cessadas. Não só as iniciativas da LDB/1961 ficaram adormecidas, suas discussões quanto a atualização também. As cobranças da população eram crescentes, mas o governo militar decidiu pela Reforma de 1968, e uma nova LDB só foi promulgada em 1996 (BURIN, 2000).

O período da ditadura militar (1964) foi de crise no Ensino Superior, como aponta Figueiredo (2005, apud BURIN, 2009, p. 40) afirmando que nesta época até a localização das universidades foi alterada e as escolas de ensino superior que se localizavam nos centros das cidades foram transferidas para os *campi*, nas regiões afastadas. A intenção era de buscar conter a militância política dos estudantes do período. As universidades públicas perderam sua autonomia nesse período, pois era o governo quem decidia sobre a nomeação dos cargos nessas instituições de ensino.

Segundo Burin (2009, p. 40) esse período “permitiu que as escolas fossem vigiadas e os docentes monitorados pelos agentes políticos do Estado. Nesta época, diversos atos institucionais foram decretados contra a liberdade do ensino”. Assim sendo, o direito à cidadania só foi reconquistado com a Constituição de 1988, que permitiu às universidades o “direito à autonomia administrativa, financeira e didático-científica, devendo ter atividades de ensino, pesquisa e extensão” (BURIN, 2009, p. 41). A LDB é orientada pela Constituição de 1988, observando seus princípios, diretrizes e normas.

Então, em dezembro de 1996 foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determinando sobre as finalidades da educação superior no Brasil:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II – formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua. III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV – promover a divulgação de conhecimentos

culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na instituição. (BRASIL, 1996).

A LDB dispõe sobre a organização do ensino superior quanto ao direito à vagas, ensino público gratuito, avaliação e estruturação dos cursos, estrutura física e administrativa, sobre o ensino e a pesquisa (quanto a oferta de possibilidades e não uma estrutura pedagógica). Para a criação de currículos dos cursos superiores foi recomendada a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

Em 1997 teve início a reforma curricular para os cursos de ensino superior no Brasil e assim a discussão sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação do país. As Instituições de Ensino Superior (IES) deveriam então enviar as suas propostas à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC). Quanto a área de Ciência da Informação foi criada uma comissão que envolvia o curso de Biblioteconomia, sendo consultados os professores dos cursos no Brasil e a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação - ABEBD. Compunham essa comissão Inês Rosito Pinto Kruel (UFRS); Amélia Silveira (UFSC); Plácida Leopoldino Ventura Amorin da Costa Santos (UNESP); e Anna Maria de Almeida Camargo. Em 2000 foi apresentada a proposta elaborada por esta comissão (BURIN, 2009; ALMEIDA, 2012, p. 52).

Segundo Almeida (2012, p. 72) as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) apresentavam as bases para que as universidades pudessem organizar seus currículos com autonomia, à partir das seguintes considerações:

- Criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, desde que em conformidade com a Lei;
- **Fixar os currículos de seus cursos e programas;**
- Estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;
- Fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional;
- Elaborar e reformar seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;
- Conferir graus, diplomas e outros títulos;
- Firmar contratos, acordos e convênios e,

- Aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais (BRASIL, 1996, apud ALMEIDA, 2012, p. 12-73).

Sendo assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais proporcionaram às IES:

- Definirem, à partir de seus projetos acadêmicos e organização curricular, definirem o perfil e as características dos egressos, respeitado as recomendações mínimas estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares.
- Liberdade para definir ao menos metade da carga horária de cada curso e suas especificidades.
- Adequação às propostas do mundo de trabalho.
- Uma base para organização dos cursos.
- Promover uma organização dentro de uma perspectiva de interdisciplinaridade e promover uma formação mais condizente com a sociedade contemporânea. (BURIN, 2009, p. 53; ALMEIDA, 2012, p. 74).

As Diretrizes Curriculares Nacionais se estruturam da seguinte forma:

- Perfil do egresso almejado; competências e habilidades (gerais para toda a área de Ciência da Informação, e específicas para a Biblioteconomia)
- Tópicos de estudo
- Duração dos Cursos
- Estágios e atividades complementares
- Estrutura geral dos cursos (corpo docente, avaliação, padrões de qualidade, interface graduação/pós-graduação). (BRASIL, 2001 apud BURIN, 2009, p. 53).

As Diretrizes Curriculares Nacionais promoveram aos cursos de graduação uma maior autonomia quanto a estruturação de seus projetos pedagógicos. Mas ainda era necessário promover uma consonância entre outros cursos de biblioteconomia quanto às disciplinas e duração do curso, para que não houvessem muitos prejuízos em casos de transferências. Assim, os cursos têm liberdade e mais flexibilidade para criar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), que deve respeitar as questões sociais, necessidades de mercado e de atualização da profissão e necessidades do profissional bibliotecário. Com o PPC os cursos não ficam presos aos currículos mínimos, que definem um conjunto de matérias a serem seguidos, e permitem aos cursos pensar em disciplinas de acordo com as questões sociais e demandas da profissão, respeitando as habilidades e competências sugeridas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

As DCN para o curso de Biblioteconomia (2004) estruturou o curso de forma a compreender competências e habilidades necessárias para uma formação bibliotecária, dividindo-as em gerais e específicas, como pode ser observado no quadro 9, a seguir.

Quadro 9 – Divisões de competências do parecer das Diretrizes Curriculares para o curso de Biblioteconomia.

Competências Gerais	Competências Específicas
<ul style="list-style-type: none"> • Gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los; • Formular e executar políticas institucionais; • Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos; • Utilizar racionalmente os recursos disponíveis; • Desenvolver e utilizar novas tecnologias; • Traduzir as necessidades profissionais de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; • Desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias, emitir laudos técnicos e pareceres; • Responder a demandas sociais e tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo (BRASIL, 2002, p. 32 apud ALMEIDA, 2012, p. 74). 	<ul style="list-style-type: none"> • Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente; • Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação; • Trabalhar com fontes de informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação; • Realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação (BRASIL, 2001, p. 32-33).

Fonte: adaptado de Almeida (2012, p. 74-75).

Essas competências guiavam os cursos quanto à seleção das disciplinas que iriam compor seus PPC. Era preciso observá-las para compreender o perfil dos profissionais a se formar nessas instituições, compreender o tipo de formação necessária para se formar um bibliotecário que pudesse atuar não somente com a organização dos documentos mas com uma visão mais humanística e ligado às novas tecnologias.

4 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, A REFORMA DE 1968 E O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UFG

4.1 A criação da Universidade Federal de Goiás (UFG)

Até a década de 1945 o ensino superior no Brasil se estruturou de forma lenta e gradual. Mendonça e Araújo (2008) afirmam que nesse período eram comuns as “faculdades isoladas” de cursos de nível superior, tais como Direito, Engenharia, Medicina e essas faculdades visavam atender as necessidades profissionais e econômicas do período. Até a década de 1960 não havia, ainda, uma Universidade Federal no Centro-Oeste. A instituição mais antiga de Ensino Superior do estado era Faculdade de Direito, situada na Cidade de Goiás, fundada em 1898, e também se destacava por ser sustentada pelo governo federal.

No final da década de 50, se reuniram a Faculdade de Direito (1989), a Escola de Farmácia e Odontologia (fundada em 1945), da Escola de Engenharia (fundada em 1954), do Conservatório de Música (fundado em 1956) e a Faculdade de Medicina (fundada em 1960) junto com o professor Colemar Natal e Silva num movimento para a criação de uma Universidade Federal no estado de Goiás. O então presidente Juscelino Kubitschek, que estava no fim de seu mandato, foi quem aprovou em 14 dezembro de 1960, pelo decreto de Lei 3.384C, a criação da Universidade Federal de Goiás (UFG), com sede na atual capital do estado, Goiânia (UNIVERSIDADE...2009; FREITAS, 2009; MENDONÇA; ARAÚJO, 2008).

No dia 23 de Abril de 1959 é fundada a Frente Universitária Pró-Ensino Federal em Goiás. No mesmo ano, forma-se a Comissão Permanente para a Criação da Universidade do Brasil Central, liderada pelo professor Colemar Natal e Silva. É criada no dia 17 de outubro de 1959, a Universidade do Brasil Central. A primeira instituição de Ensino Superior da Região Centro-Oeste – uma conquista do movimento católico do estado de Goiás. Na década de 1970, a instituição seria rebatizada de Universidade Católica de Goiás, atual PUC Goiás. Reúnem-se, então, os diretores de escolas e faculdades (Direito, Farmácia/Odontologia, Engenharia, Conservatório Goiano de Música e Medicina) que comporiam a Universidade Federal de Goiás e os presidentes dos centros acadêmicos. (UNIVERSIDADE... 2009)

Segundo a Lei 3.384C, a lei de criação da UFG, havia a recomendação de criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), sendo estipulado o prazo máximo de três anos para sua constituição. E então, em 1962 se deu a Criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) com os cursos de Pedagogia, Matemática, Física e Letras e, posteriormente, sendo criado pelo Centro de Estudos Brasileiros (CEB) os cursos de

Geografia e História e agregados a FFCL. Os cursos funcionavam nos prédios do Setor Universitário, o único campus da UFG à época. Posteriormente foram criados os *campi* 2, no Samambaia (1970), de Jataí (1980), Catalão (1985) e Cidade de Goiás (2009) (UFG AFIRMATIVA...2009).

Em 1970 foi autorizada a compra e construção do prédio no *campus* 2, decretado pela resolução, a construção do novo campus teve início, em 1971, o modelo de estrutura seguido foi o da Universidade de Brasília (UnB).

A estrutura que passou a funcionar no Campus Samambaia, à partir de 1973, foi composta por: Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL); Instituto de Matemática e Física (IMF); Instituto de Química e Geografia (IQG) e Instituto de Ciências Biológicas (ICB). Em 1977, a Biblioteca Central, a Reitoria e o uma extensão do Restaurante universitário também foram transferidos para o campus Samambaia (UFG AFIRMATIVA...2009).

A UFG cresceu muito nesses seus quase 56 anos, crescendo em espaço físico e em vagas e ingressos no ensino superior, principalmente com a adesão do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), programa à partir da realização das provas do ENEM, garantindo a entrada de estudantes de todas as classes, credos e etnias. Foi grande o crescimento de estudantes oriundos de escolas públicas e por sistema de cotas (negros, quilombolas e indígenas), esses estudantes mostram um novo perfil de ingressos e na biblioteconomia isso refletirá no perfil dos seus egressos.

4.2 A Reforma Universitária de 1968

Sob o período de governo militar, instalado pelo golpe de 1964, foi criada a Reforma Universitária, popularmente chamada de “reforma de 68”. A reforma foi instaurada pela a Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968 e o Conselho Federal de Educação (CFE) do Ministério da Educação (MEC) teve significativa contribuição em sua elaboração.

A Reforma Universitária de 1968 foi uma resposta à pressão das comunidades estudantis ao governo militar da época, que exigiam uma organização do Ensino Superior. Esta Reforma visava não só ditar sobre o ensino superior no Brasil, como firmar parcerias para financiamento do ensino e foi uma forma de buscar controlar qualquer indício de manifestação contrária ao governo que pudesse ocorrer. O governo, com a reforma de 68, pôde organizar significativas mudanças na educação no país, promovendo ações que serviriam aos seus interesses políticos e econômicos à época.

Rothen (2008) explica que

No ano de 1968, diante das reivindicações do movimento estudantil, são instaladas, pelo governo militar, sucessivamente, duas comissões para apresentarem propostas para conter a onda de agitações e para formular um conjunto de soluções realistas para a universidade brasileira: a Comissão Meira Mattos e o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (...) (ROTHEN, 2008, p. 454).

Os relatórios de Meira Mattos e do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU) se complementavam e diferenciavam em diversos aspectos, principalmente porque no GTRU havia participação de membros do Centro de Estudos Brasileiros (CEB), porém ambos propunham medidas para que houvesse uma reforma curricular no ensino superior do Brasil. Estavam presentes nesses relatórios discussões sobre a representatividade estudantil, organização e estruturação das universidades, a expansão da universidade em relação ao aumento de vagas, estrutura (como no caso da criação de novos *campi*), financiamento do ensino superior, a criação e organização de departamentos nas instituições (criação de institutos, por exemplo) e a criação dos cursos de curta duração e dos cursos de pós-graduação (ROTHEN, 2008; FREITAS, 2009; AMARAL, 2009).

Segundo Rothen (2008, p. 471)

A Lei n. 5.540/68 é, por um lado, fruto das discussões que se realizavam sobre o modelo de universidade a ser adotado no país, discussões que nortearam a ação do CFE na fase jurisprudencial, como na elaboração dos Decretos-Lei n. 53/66 e n. 252/67, por outro, fruto da vontade dos militares, mediante uma legislação centralizadora, de *imporem* à sociedade civil um consenso sobre o modelo de universidade e diminuir as resistências internas das universidades ao regime militar (ROTHEN, 2008, p. 471).

Essa reforma foi o que ditou a criação dos campus (ou *campi*) da UFG, sendo transferidos os cursos de caráter humanista para o subúrbio da capital, em região afastada e descentralizada. Essa ação foi entendida como uma forma de manter afastados os estudantes que poderiam se organizar e manifestar contrários ao governo militar. Até então, os cursos se encontravam numa região central e nobre de Goiânia: o setor universitário.

Aconteceram em 1968 inúmeras manifestações, de estudantes e trabalhadores, contrárias ao Governo Militar e nesse período foi instaurado o Ato Institucional nº 5, o AI-5, que dava ao governo total poder sobre o Legislativo e Judiciário, tendo autoridade para demitir, exonerar e aposentar funcionários e parlamentares, julgar e cassar direitos políticos de qualquer cidadão e colocá-los em sítio ou exílio.

Com o AI-5 a constituição foi fortemente ferida, pois os direitos dos cidadãos foram retirados e fortemente afetados. A liberdade de expressão foi atingida, dando lugar à censura, perdeu-se a voz para lutar pelos direitos das classes e contra o governo. E não só manifestações foram proibidas, como as áreas da arte, música, aulas, qualquer manifestação que desse brecha para uma ação “contra o governo”. Professores e estudantes eram vigiados o tempo todo e conteúdos e disciplinas passavam por análise, sendo proibidos aqueles que promovessem discussões contrárias ao governo militar.

Segundo Oliveira (2015) a Reforma de 68 entrava em consonância com as intenções do governo, no que diz respeito ao crescimento econômico e tecnológico do país, portanto, o Ensino Superior atenderia uma formação voltada ao mercado de trabalho da época, à serviço do capitalismo. Foi este período então, considerado pelo autor, como o de inserção do ensino tecnicista no Brasil, principalmente porque foi firmada parceria entre Ministério da Educação (MEC) e United States Agency for International Development (USAID)⁵. Essa parceria se deu entre os governos com a intencionalidade de financiar o ensino, que conseqüentemente se remetia ao modelo existente nos Estados Unidos da América à época, e assim o governo militar começou a gerir ensino nas universidades, atendendo aos seus interesses e retirando a autonomia universitária.

Essa influência tecnicista também aconteceu com o curso de Biblioteconomia, primeiramente sendo adotada no curso do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, sob organização de Rubens Borba de Moraes e Adélia e posteriormente adotada pela Biblioteca Nacional, sendo então o molde para a criação do primeiro Currículo Mínimo para os cursos de Biblioteconomia do País.

Segundo Oliveira (2015, p. 30)

A situação dentro das universidades brasileiras foi radicalmente alterada, porque as universidades, antes de 1964, embora não fossem totalmente autônomas, tinham liberdade garantida pela legislação, e obviamente não atendiam aos mandos e desmandos de um governo autoritário que conseguiu se estabelecer em todas as esferas sociais, políticas e econômicas. Com as alterações na legislação educacional feita pelos militares, com início a partir de 1967, a perseguição política a alunos e professores tornou-se rotineira. Desde então foi notória a instabilidade administrativa das instituições de Ensino superior público no Brasil, algo sempre presente nas universidades brasileiras, sobretudo após a reforma universitária. Nesse contexto de

⁵ Série de acordos que firmaram convênio do MEC com a agência americana USAID para subsídios técnicos e financeiros à educação brasileira. O convênio MEC-USAID teve início em 1960, mas no período de 1964 a 1968 foi registrado maior número de acordos (MINTO, [200-?]).

opressão, os cursos de humanas, incluindo o curso de História, sofreram constante vigilância, pelo fato de que esses cursos discutiam assuntos referentes aos aspectos social, político e econômico de forma crítica e frequente (OLIVEIRA, 2015, p. 30).

Martins (2009) aborda que a Reforma de 1968 trouxe a expansão do ensino superior e promoveu a estes uma “atualização” e também a criação dos cursos de pós-graduação nas universidades. E segundo o autor

A Reforma de 1968 produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro. Por um lado, modernizou uma parte significativa das universidades federais e determinadas instituições estaduais e confessionais, que incorporaram gradualmente as modificações acadêmicas propostas pela Reforma. Criaram-se condições propícias para que determinadas instituições passassem a articular as atividades de ensino e de pesquisa, que até então – salvo raras exceções – estavam relativamente desconectadas. Aboliram-se as cátedras vitalícias, introduziu-se o regime departamental, institucionalizou-se a carreira acadêmica, a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica. Para atender a esse dispositivo, criou-se uma política nacional de pós-graduação, expressa nos planos nacionais de pós-graduação e conduzida de forma eficiente pelas agências de fomento do governo federal. Sua implantação impulsionou posteriormente um vigoroso programa de iniciação científica, que tem contribuído para articular pesquisa e ensino de graduação e impulsionado a formação de novas gerações de pesquisadores. Se a Reforma de 1968 produziu efeitos inovadores, por outro lado, abriu condições para o surgimento de um ensino privado que reproduziu o que Florestan Fernandes denominou o *antigo padrão brasileiro de escola superior*, ou seja, instituições organizadas a partir de estabelecimentos isolados, voltados para a mera transmissão de conhecimentos de cunho marcadamente profissionalizante e distanciados da atividade de pesquisa, que pouco contribuem com a formação de um horizonte intelectual crítico para a análise da sociedade brasileira e das transformações de nossa época (VELLOSO, 2000; MARTINS, 2003, 2002; BARROS, 1998; FERNANDES, 1975, p. 51-55 apud MARTINS, 2009, p. 16-17).

Esse período narra o surgimento do ensino superior privado no país que até então era regido e mantido pelo governo. Com a Reforma de 68, abriu-se “mercado” para as empresas privadas criarem instituições de ensino superior privadas, sendo “outro sistema, estruturado nos moldes de empresas educacionais voltadas para a obtenção de lucro econômico e para o rápido atendimento de demandas do mercado educacional” (MARTINS, 2009, p. 17).

Movido pela Reforma de 1968, foi elaborado um plano de reestruturação da UFG. A resolução do Egrégio Conselho Universitário ECU da UFG, de nº 016/69, foi a que estabeleceu as normas para mudança de campus da universidade Federal de Goiás, agora dirigida ao campus 2, nas proximidades da escola de Agronomia e Veterinária. Tal local foi escolhido à partir do estudo de arquitetos e engenheiros do governo de estado, que

entenderam que o setor universitário não conseguiria agregar todas as faculdades e que estas poderiam sofrer impactos da região no que diz respeito à movimentação de trânsito, sendo aprovada a compra do terreno pelo conselho Universitário da Universidade Federal de Goiás (CONSUNI), pela resolução ECU nº 20/1969. A resolução ECU nº 016/1969, dispunha:

Art. 1º - Fica a Reitoria autorizada a promover, com os recursos de que dispuser a Universidade, a mudança do “Campus” para o terreno específico, nas proximidades da Escola de Agronomia e Veterinária, denominado “Campus” 2.

Art. 2º - Para o cumprimento do disposto no artigo anterior, fica vedado qualquer início de construção no “Campus” 1.

§ 1º - Não se compreendem na proibição deste artigo as obras destinadas a manutenção ou adaptação, desde que não se caracterize ampliação dos prédios existentes.

§ 2º - O início de obra que se impuser, no “Campus”1, pelo seu caráter de emergência comprovada, poderá dar-se mediante prévia aprovação do Conselho Universitário, após os devidos estudos dos órgãos técnicos da Reitoria.

Art. 3º - Com os saldos da verba de obras do corrente exercício financeiro será constituído um fundo especial destinado especificamente ao “Campus” 2 da UFGO.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário (UNIVERSIDADE...1969).

A ditadura militar teve fim em 1984, com o fortalecimento do Movimento “Diretas Já”, que exigia eleições diretas para presidente após 21 anos de ditadura e censura. Os direitos dos cidadãos foram “retomados” com a Constituição de 1988. Com o fim da Ditadura as discussões quanto a educação superior foram retomadas, sem o viés da censura. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi atualizada, em 2009 o Plano Nacional da Educação (PNE) foi proposto à constituição e em 2014 foi sancionado, sendo agora a Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. A expansão do ensino superior também passou por dois períodos significativos: a adesão ao REUNI, iniciado em 2003, que proporcionou o ingresso de mais estudantes no ensino superior, além de expansão de *campi* para o interior; e adesão do ENEM como vestibular em formato parcial ou integral, nos IFEs à partir de 2009.

4.3 A História da Biblioteconomia na UFG

4.3.1 A criação dos cursos na UFG

A resolução do Conselho Coordenador de Pesquisa da UFG, nº 010/1970 organizava as áreas do conhecimento dos cursos da universidade e sobre o “1º ciclo”, dividindo o ensino em

4 áreas: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Artes e a Área de Ciências Humanas e Letras, sendo esta última a área que abarcava os cursos de Pedagogia, Direito, Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, Letras Modernas, Letras Vernáculas, História, Geografia e Jornalismo (UNIVERSIDADE...1970). O curso deveria ser aprovado pelo Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa e a proposta de criação receberia uma “resolução específica” que dispunha sobre currículo, equipe pedagógica, duração de curso.

Os cursos de graduação deveriam se organizar em dois ciclos sendo “a) primeiro ciclo, que será comum a grupos de cursos afins; b) segundo ciclo, para estudos acadêmicos ou profissionais ulteriores” (DECRETO...1970), e isso definia que os cursos deveriam se organizar com disciplinas básicas, caracterizadas como de Ensino Fundamental e disciplinas específicas, técnicas, de cada curso como indicado nos artigos 2º ao 5º da resolução 010/1970.

Ao ingressar no curso o estudante cursava um período de núcleo comum e outro fundamental, componente do 1º ciclo e após terminar esses créditos, poderia se inserir nas disciplinas do 2º ciclo – de teor profissional, em respectivas áreas. Era recomendado ao primeiro ciclo, para a área de Ciências Humanas e Letras (CHL) as disciplinas Língua Portuguesa, Filosofia, Metodologia do Trabalho Intelectual, Psicologia Geral e Ciências Sociais.

As disciplinas referentes ao segundo ciclo eram definidas com base no Currículo Mínimo do MEC, pelos colegiados de cada curso por indicações do Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa. Outras matérias poderiam ser adicionadas também por essas mesmas organizações. Na resolução 010/1970 à respeito do 1º ciclo, as disciplinas eram organizadas de forma a “promover a todos os alunos da Área, de Conhecimento considerados indispensáveis a sua formação, do ponto de vista profissional e humanístico” este núcleo reunia disciplinas comuns à área e respectivos cursos.

A resolução também definia sobre Disciplinas e Matérias, sendo:

Art. 3º - Para os efeitos da presente resolução entende-se por:

- a) Disciplina - o conjunto de estudos e atividade de Setor de Conhecimento, a critério do Colegiado de Curso e do Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa, a ser desenvolvido em um semestre, em tempo correspondente a um crédito ou seus múltiplos.
- b) Matéria - o conjunto de estudos de um Setor de Conhecimento ministrado como parte de uma ou em mais de uma disciplina, podendo identificar-se à disciplina, do ponto de vista formal, quando ministrada em um semestre, em tempo correspondente a um crédito ou seus múltiplos. (UNIVERSIDADE... 1970)

Em 1976 o Conselho de Coordenador de Ensino e Pesquisa (CCEP) recomendou novas normas para os cursos da UFG, fixando o Currículo Pleno. Os cursos deveriam então se adequar ao novo formato que agora abandonava o sistema de créditos e adotado o regime seriado (organização anual). A resolução nº 104/1976 designava que os Currículo Plenos deveriam compreender todas as matérias dos Currículos Mínimos de cada curso, adequar o cursos as necessidades e particularidades regionais, atender às diretrizes da Reforma de 68, dentre outras recomendações sobre disciplinas eletivas e complementares.

A resolução 111/1976 (em complemento à 104/1976) introduziu a disciplina “Estudos de Problemas Brasileiros” tendo como departamento responsável pelo programa da Disciplina a Coordenadoria Geral da Moral e Cívica. Esta disciplina contaria com conteúdos de teor prático e teórico. Com a resolução CCEP esta disciplina e a de Educação Física se tornam obrigatórias à composição do Currículo Pleno. Essas recomendações entravam em consonância com as medidas aprovadas com a Reforma de 68. O Currículo Pleno é o que assegurava a organização do curso, suas disciplinas obrigatórias e não obrigatórias, pré-requisitos, disciplinas eletivas (ou optativas) e estabelecia prazos mínimos e máximos para a integralização do curso.

4.3.2 Criação do curso de Biblioteconomia da UFG

A orientação para a criação do curso de Biblioteconomia da UFG se deu pelos esforços da escritora e bibliotecária Marietta Telles Machado iniciando o movimento pró-criação do curso de Biblioteconomia em 1977, e explicou a urgência da criação do curso na UFG a partir da necessidade de se formar Bibliotecários para a região Centro-Oeste (MACHADO & MACHADO, 1977 apud XAVIER, 2015). O curso foi criado a partir das orientações das resoluções da UFG sobre o processo de solicitação de criação de curso na universidade e do que era determinado no currículo mínimo de 1962.

Em reunião do Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa (CCEP), em 22 de junho de 1979, pela resolução nº 135, foi criado o Curso de Biblioteconomia da UFG. Este estaria vinculado ao Colegiado de Comunicação Social (instituído pela resolução do CCEP nº 119/1977) do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), situado no *Campus* Samambaia. O curso inicialmente contava com 20 vagas, sendo a primeira turma iniciada em 1980.

A implementação do curso contaria também como o apoio da Biblioteca Central (BC), como conta Machado & Machado (1977 apud XAVIER, 2015), e essa “parceria” seria

positiva para ambos os lados, pois forneceria campo para os estágios do curso de biblioteconomia e a BC teria a “mão de obra”. A Biblioteca Central (BC) funcionaria como um laboratório aos cursos e estudantes.

Segundo a resolução 135/1979 de criação do curso de Biblioteconomia, as disciplinas curriculares seriam:

Art. 3º - Ficam criadas para o Curso as seguintes disciplinas: Introdução à Biblioteconomia, História do Livro e das Bibliotecas, Planejamento e Estudo do Usuário I e II, Organização e Administração de Bibliotecas I, II e III, Catalogação, Classificação I e II, Bibliografia, Bibliografia Brasileira, Bibliografia Especializada I, II, III, IV, V, VI e VIII, Documentação I e II e Paleografia (UNIVERSIDADE...1979).

O curso foi organizado a partir do sistema de créditos adotados pela UFG à época, sendo recomendada a organização em 1º e 2º ciclos, como visto no capítulo anterior. Mas essa estrutura durou somente até 1984, quando foi fixado o Currículo Pleno do Curso de Biblioteconomia na UFG, pela Resolução CCEP nº 195/1984, estabelecendo a duração de 4 anos para o curso e organizando-o em Matérias de Fundamentação Geral, Matérias Instrumentais e Matérias de Formação Geral e estas se desdobravam em disciplinas. O Currículo Pleno Organizava as disciplinas de acordo com o ano em que as mesmas deveriam ser cursadas. Os artigos 9, 10 e 11 resolviam:

Art. 9º - Os Departamentos responsáveis pela ministração das disciplinas constantes deste currículo elaborarão os respectivos programas, tomando sempre como referência básica indicativa as ementas do "Anexo 3".

Art. 10º - Cada Departamento encaminhará ao Colegiado de Cursos de Comunicação Social, antes do início do ano letivo, em forma de Calendário, suas atividades de ensino, bem como suas atividades complementares, de acordo com o artigo 2º e parágrafo 3º da Resolução no 184, do CCEP.

Art. 11º - O Curso de Biblioteconomia será ministrado no período de 4 (quatro) anos, devendo ter uma carga horária total de 2.912 horas-aula, incluídas as horas de Atividades Complementares e do Estágio Supervisionado (UNIVERSIDADE..1984)

No dia 2 de julho de 1985 o curso foi reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), pelo parecer 407/85. Segundo o parecer o curso atendia às exigências do MEC, contando com carga horária de 2.528, que excedia a recomendada na época. No parecer constava também o quantitativo de professores na época (corpo docente), as disciplinas e os respectivos departamentos responsáveis por elas (dividido entre o Departamento de Comunicação Social, Letras e Ciências Humanas). O estágio obrigatório contava com quantitativo de 320 horas e era cumprido no 4º ano do curso, além de cumprimento de horas

complementares (100 horas) e das disciplinas de Educação Física e Estudos dos problemas Brasileiros⁶.

Em 1996 é criada Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (FACOMB)⁷ que oferecia os cursos de Biblioteconomia (1980), Jornalismo (1968), Relações Públicas (1975) e Radialismo (1981). Posteriormente incorporaram a FACOMB os cursos de Publicidade e Propaganda (1997) e o Curso de Gestão da Informação (2012).

Em 2003, considerando as discussões promovidas pela Câmara Superior de Graduação do MEC, o curso de Biblioteconomia iniciou os estudos para a reformulação curricular e a criação do seu Projeto Político Pedagógico (PPC).

A estrutura curricular apresentada pelo PPC de Biblioteconomia, implantado em 2004, considerou as Diretrizes Curriculares Nacionais, e se propôs a:

(...) preparar profissionais competentes no planejamento, geração, recuperação e disseminação de produtos e serviços de informação de natureza técnica, científica, educacional, culturais e utilitárias registradas em documentos de qualquer tipo de suporte (impresso, audiovisual, magnético, digitalizado, eletrônico etc.) em âmbito local ou em redes.

Sua **formação humanística** ressalta a consciência das necessidades dos usuários ou de instituições de informação. O profissional é um dos principais agentes de transferência e mediação de informação como instrumento de transformação social. É capaz de aplicar e desenvolver atividades técnicas, documentárias e biblioteconômicas, conforme a realidade do meio e a capacidade técnico-econômica disponível. (APRESENTAÇÃO...2016, *grifo nosso*)

O PPC manteve a duração de 8 semestres (4 anos) e apontava que a formação da UFG do Bibliotecário seria a capacitação para as seguintes áreas:

- Planejamento, organização e gerência de unidades de informação, bancos/bases de dados em rede ou isoladas, para a iniciativa pública ou privada, a partir de acervos documentais diversificados (livros, periódicos, materiais audiovisuais, documentos eletrônicos, etc.) **utilizando técnicas de classificação, catalogação, indexação, armazenagem e disseminação;**
- Planejamento, organização e **gerência de atividades culturais, educacionais e de lazer**, vinculadas a unidades de informação públicas, privadas ou mesmo beneficentes. (APRESENTAÇÃO...2016, *grifo nosso*)

Atualmente o ingresso no curso de Biblioteconomia da UFG se dá de forma anual, sendo abertas 50 vagas por ano. A estrutura atual do curso tem a duração de 4 anos (8º semestres letivos), as disciplinas, segundo a resolução 0699/2004, são organizadas em:

⁶ O currículo será discutido no próximo capítulo

⁷ Em 2015 a Facomb passou por reformulação nominal, passando a se chamar FIC – Faculdade de Informação e Comunicação e contém os cursos de Biblioteconomia, Gestão da Informação, Relações Públicas, Jornalismo e Publicidade e Propaganda.

- I. Disciplinas do Núcleo Comum (864 h/a);
- II. Disciplinas do Núcleo Específico Obrigatório (1.520 h/a);
- III. Disciplinas do Núcleo Específico/ Opção do Eixo de Formação (160 h/a);
- IV. Disciplinas do Núcleo Livre (160 h/a);
- V. Atividades Complementares (150 h/a) (RESOLUÇÃO...2004)

O ingresso deve realizar estágio obrigatório/supervisionado e escrever uma monografia. O curso oferece ao ingresso, à partir do 5º período, duas opções de ênfases de formação específicas: Informação Social e Educacional e Informação Científica, Tecnológica e Industrial. Isso faz com que ao final do curso os egressos de Biblioteconomia da UFG possam compreender habilidades específicas e gerais, como as DCN sugerem:

Quadro 10 – Habilidades que os egressos do curso de Biblioteconomia da UFG deverão adquirir.

Habilidades do Egresso	
Gerais	Específicas
a) compreender a informação como conhecimento acumulado e produzido considerando suas determinações históricas, econômicas, sociais e culturais; b) apreender esse conhecimento dentro de um ciclo informacional constituído por uma organização social; c) compreender o contexto de produção desse conhecimento e a necessidade de disseminação e uso; d) dominar as tecnologias e os processos envolvidos na sua produção, organização, uso e recuperação de informação. e) criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação; f) formular e executar políticas institucionais; g) elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos; h) traduzir as necessidades dos indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas unidades de informação; i) desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;	a) interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente; b) criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação; c) trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza; d) processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação; e) realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação.

j) responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.	
--	--

Fonte: Site do curso de Biblioteconomia da FIC/UFG.

A proposta curricular implantada em 2004 vigorou até 2016, pois neste ano foram realizados estudos pelo Núcleo Docente Estruturante do curso de Biblioteconomia da UFG, que realizou a reforma curricular aprovada pela Câmara Superior de Graduação da universidade, com previsão de implementação para a nova turma em 2017.

5 OS CURRÍCULOS DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA NA UFG E SEUS PERFIS

5.1 Currículo do Curso de Biblioteconomia da UFG/1980

Quando o curso de Biblioteconomia da UFG teve início, em 1980, segundo a resolução 135/1979 do Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa (CCEP) da UFG, seu currículo adotou o sistema de créditos, como era recomendado pelo CCEP/UFG e estruturado em 1º e 2º ciclos. O 1º ciclo consistia em Disciplinas Fundamentais recomendadas pelo CCEP e o 2º ciclo constituía-se de disciplinas voltadas para a formação profissional, recomendando a incorporação das disciplinas do Currículo Mínimo do MEC/1962. O currículo organizava-se então por:

- Disciplina de Núcleo Fundamental
- Disciplinas de Formação Profissional
- Estágio Dirigido para a Biblioteconomia

O curso, na década de 1980 tinha a duração de 3 anos e meio, como sugerido no Currículo Mínimo de Biblioteconomia do MEC/1962.

No quadro 5, apresentamos as disciplinas sugeridas pelo Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa da UFG para os cursos da instituição, as disciplinas recomendadas pelo Currículo Mínimo de Biblioteconomia MEC/1962 e as escolhidas pelo colegiado do curso, que tinha permissão para acrescentar disciplinas complementares, para entendermos sobre o processo de formação desse currículo:

Quadro 11 – Estruturação do currículo do curso de Biblioteconomia da UFG/1980.

Estruturação do Currículo de Biblioteconomia da UFG/1980		
Disciplinas do Currículo Mínimo de Biblioteconomia MEC/1962	Disciplinas sugeridas pelo Conselho Coordenador De Ensino e Pesquisa da UFG/1980	Disciplinas sugeridas pelo colegiado do Curso de Biblioteconomia da UFG/1980⁸
<ul style="list-style-type: none"> - História do Livro e das Bibliotecas - História da Literatura - História da Arte - Introdução aos Estudos Históricos e Sociais - Evolução do Pensamento Filosófico e Científico - Organização e Administração de Bibliotecas - Catalogação e Classificação - Bibliografia e Referência - Documentação - Paleografia 	<ul style="list-style-type: none"> - Língua Portuguesa - Filosofia - Metodologia do Trabalho Intelectual - Psicologia Geral - Estatística Aplicada às Ciências Sociais - Introdução aos Estudos Históricos - Língua Espanhola - Língua Italiana - Língua Latina - Língua Alemã - Educação Física - Estudos dos Problemas Brasileiros 	<ul style="list-style-type: none"> - Filosofia da Ciência - Bibliografia Brasileira - Bibliografia Especializada - Referência - Planejamento de Estudo de Usuário - Análise da Informação - Metodologia Aplicada à Editoração - Introdução à Biblioteconomia - Administração

Fonte: elaborado pela autora.

À partir dessas recomendações foi criado, então, o currículo do Curso de Biblioteconomia da UFG de 1980. Para um comparativo, foi criada uma tabela de equivalência que compara as disciplinas do Currículo Mínimo de 1962, aprovado pelo CFE e do currículo do curso de Biblioteconomia da UFG em 1980:

⁸ Interpretação à partir da análise de que essas disciplinas não foram originalmente recomendadas pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e pelo Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa da UFG (CCEP/UFG) observando que os colegiados tinham autorização para criação destas disciplinas.

Tabela 1 - Equivalência entre Currículo Mínimo de 1962 e do Currículo do Curso de Biblioteconomia da UFG de 1980

Tabela de Equivalência	
Currículo Mínimo de Biblioteconomia MEC/1962	Currículo Biblioteconomia da UFG/1980
História do Livro e das Bibliotecas	História do Livro e das Bibliotecas
História da Literatura	História da Literatura
História da Arte	História das Artes I
Introdução aos Estudos Históricos e Sociais	Introdução aos Estudos Históricos I
	Sociologia
	Estatística Aplicada às Ciências Sociais I
Evolução do Pensamento Filosófico e Científico	Filosofia da Ciência
Organização e Administração de Bibliotecas	Organização e Administração de Bibliotecas I, II e III;
Catalogação e Classificação	Catalogação
	Classificação I e II
Bibliografia e Referência	Bibliografia
	Bibliografia Brasileira
	Bibliografia Especializada I, II, III, IV, V, VI e VIII
	Referência I
Documentação	Documentação I e II;
Paleografia.	Paleografia
X	Planejamento e Estudo do Usuário I e II
X	Educação Física
X	Análise da Informação

(continua)

Tabela 1 - Equivalência entre Currículo Mínimo de 1962 e do Currículo do Curso de Biblioteconomia da UFG de 1980.

(conclusão)

X	Teoria da Informação
X	Estudos de Problemas Brasileiros I e II
X	Língua Portuguesa
X	Estudo de Idiomas (Inglês, Italiano e Francês)
X	Introdução à Biblioteconomia
X	Metodologia Aplicada à Editoração
X	Administração I
X	Metodologia do Trabalho Intelectual I
X	Estágio Dirigido para a Biblioteconomia

Fonte: tabela elaborada pela autora com base nos dados da Resolução de criação de curso (1980) e acervo pessoal da orientadora.

O primeiro currículo do curso de Biblioteconomia da UFG, em 1980, abarcou todas as 10 disciplinas recomendadas pelo Currículo Mínimo de 1962, contabilizando um total de 27 disciplinas. Dessas 27 disciplinas, 11 não correspondiam em equivalência ao Currículo Mínimo do MEC/1962, sendo incorporadas ao currículo do curso de Biblioteconomia da UFG de 1980 por parte da comissão de criação do curso.

Algumas disciplinas foram desdobradas em mais de uma, como no caso de Introdução aos Estudos Históricos I, Sociologia e Estatística Aplicada às Ciências Sociais I que correspondiam a disciplina Introdução aos Estudos Históricos e Sociais recomendada pelo Currículo Mínimo de Biblioteconomia do MEC 1962. Outras disciplinas foram divididas como se fossem tópicos (ex: I, II, III etc.) como Classificação, Administração e Organização de Bibliotecas, Classificação, Administração, e Bibliografia especializada (esta última também se dividiu em Bibliografia Brasileira e Bibliografia). Essa “adaptação” remonta a necessidade de especificação de cada disciplina, que em suma foram as técnicas.

As disciplinas de Educação Física e Estudos de Problemas Brasileiros eram recomendadas a todos os cursos da UFG na década de 1980. O projeto de criação do curso previa a formação do bibliotecário como um “técnico” e pode-se dizer que esse currículo contemplava esta concepção, já que possuía uma quantidade significativa de disciplinas técnicas que ensinava ao egresso como se dava o processamento técnico dos documentos.

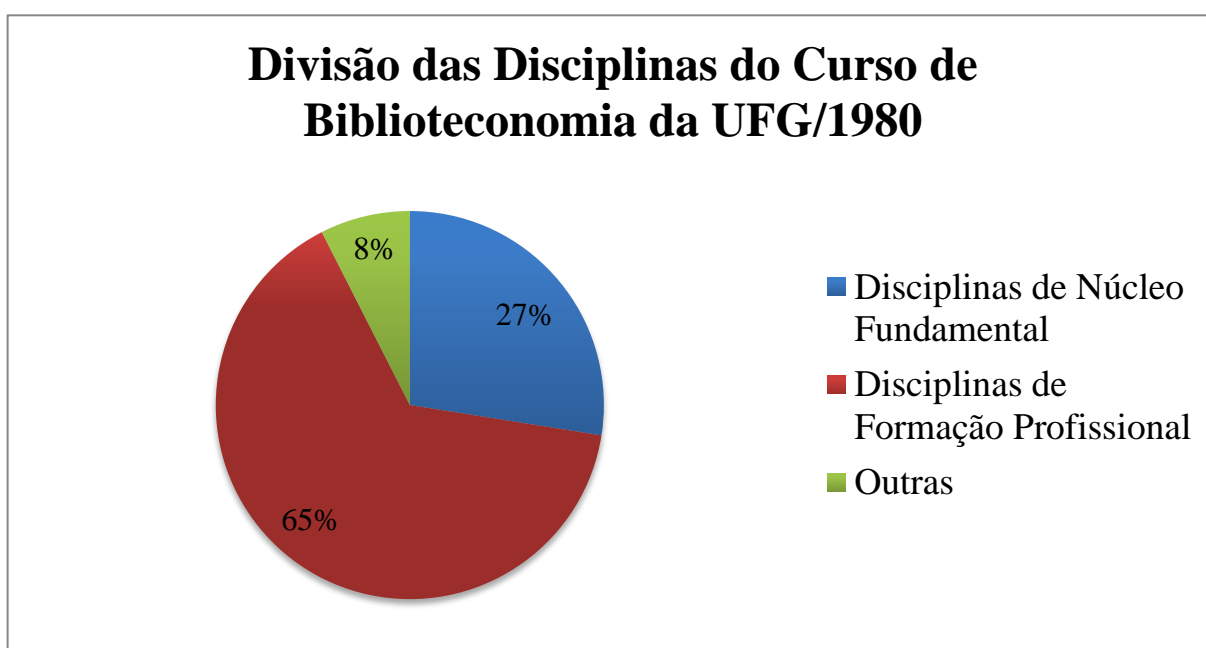
Pode-se observar uma tentativa de aproximação com o usuário nas disciplinas de Filosofia, Sociologia e Estudo de Usuários, conforme comenta Souza (2003, p. 35), estas acabam se tornando disciplinas que somente apresentam conceitos abstratos que não contribuem para uma formação mais social do bibliotecário. No entanto, o currículo de Biblioteconomia da UFG/1980 já apontava a necessidade de uma abordagem social na formação do bibliotecário.

Marieta Telles (1977, apud XAVIER, 2015) no documento de criação do curso o justifica como necessário devido ao “progresso cultural e tecnológico” vivido no momento e ao crescimento documental armazenados em diferentes unidades de informação apresentado o bibliotecário como profissional capacitado a gerir as técnicas de processamento para as documentações. Marieta descreve o bibliotecário como um “**técnico** imprescindível para qualquer programa de trabalho” (MACHADO E MACHADO, 1977 p. 1 apud XAVIER, 2015 p. 52, *grifo nosso*).

O documento de Marieta Telles justifica a escolha das disciplinas para o curso de biblioteconomia da UFG em 1980, que entrava em consonância tanto com o Currículo Mínimo de 1962 quanto com as acepções dos professores responsáveis pela criação do primeiro currículo do curso nessa época.

O **gráfico 1** apresenta uma análise do quantitativo das disciplinas ofertadas no Currículo do Curso de Biblioteconomia da UFG/1980:

Gráfico 1 : Divisão de disciplinas do curso de Biblioteconomia da UFG em 1980



Fonte: Elaborado pela autora.

Utilizou-se para a análise deste currículo, somente os nomes das disciplinas retiradas tanto das resoluções de criação do curso e do histórico de acervo pessoal de uma estudante da época. As disciplinas de Formação Profissional também se traduzem como Disciplinas técnicas, ligadas às atividades biblioteconômicas de processamento técnico da informação. As disciplinas de Núcleo Fundamental se traduzem em disciplinas de uma formação geral. O tópico “Outras” foi reservado para as disciplinas de pesquisa científica e estágio obrigatório/supervisionado e as disciplinas que não se encaixavam nas duas categorias supracitadas.

A quantidade de disciplinas de Formação Profissional (técnicas) que compunham o currículo de 1980 contabilizavam 65% do curso, totalizando **26 disciplinas**, sendo elas: Metodologia Aplicada à Editoração; Introdução à Biblioteconomia; Teoria da Informação; Análise da Informação; Documentação I e II; Referência; Bibliografia Especializada I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII; Bibliografia Brasileira; Bibliografia; Classificação I e II; Catalogação; Organização e Administração de Bibliotecas I, II e III; História do Livro e das Bibliotecas; Planejamento de Estudos de Usuários; e Paleografia.

Nas disciplinas de Núcleo Fundamental, a porcentagem foi de 27%, num total de 11 disciplinas, sendo elas: História da Literatura; História das Artes; Introdução aos Estudos Históricos; Sociologia; Estatística Aplicada às Ciências Sociais; Filosofia da Ciência;; Estudos de Idiomas; Administração; Língua Portuguesa; e Metodologia do Trabalho Intelectual.

A categoria Outras apresentou o percentual de disciplinas o percentual de 8% do curso, com 3 disciplinas, sendo: Estágio Dirigido para a Biblioteconomia, Educação Física; e Estudos de Problemas Brasileiros I e II.

5.2 Currículo do Curso de Biblioteconomia da UFG/1984

O primeiro currículo do curso de Biblioteconomia da UFG vigorou até final de 1983, com a conclusão da primeira turma. Em 1984 foi aprovado, pela resolução nº 195/84, o currículo pleno de Biblioteconomia da UFG. O modelo do currículo seguia as orientações da resolução do Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa da UFG nº 184/1983 e do Currículo Mínimo de Biblioteconomia do Conselho Federal de Educação (CFE) de 1982.

O Currículo Pleno do Curso de Biblioteconomia da UFG de 1984 justificava-se, segundo a resolução nº 0184/1983 por um ensino e pesquisa indissociáveis e integrados à realidade social. Ao curso se encubaria uma estruturação de currículo de acordo com o perfil

do egresso que se buscava formar, observando o perfil social a ser desenvolvido por este profissional. Agora o currículo não iria apresentar somente as disciplinas, deveria conter suas ementas e conter as disciplinas obrigatórias recomendadas pelo Currículo Mínimo de 1982 e disciplinas complementares e deveria promover a participação dos estudantes em eventos, congressos, palestras, cursos, etc, O currículo de Biblioteconomia da UFG de 1984 se estruturou da seguinte forma:

- Matérias de Fundamentação Geral (384 horas)
- Matérias Instrumentais (544 horas)
- Matérias de Formação Profissional (1440 horas)
- Estágio obrigatório (288 horas)
- Atividades Complementares (256 horas)

A duração do Curso de Biblioteconomia da UFG em 1984 passou para 4 anos e totalizava 2912 horas. Segundo este Currículo do Curso de Biblioteconomia da UFG, de 1984, ao egresso deveriam pertencer as seguintes habilidades:

- a) capaz de **organizar, administrar, supervisionar e planejar os Serviços Bibliotecários de informação e documentação**, a nível nacional, regional, local e institucional;
- b) **conscientizado das necessidades humanas**, atuando como um dos principais agentes de **transferência da informação** e como instrumento da **transformação social**;
- c) capaz de desenvolver as atividades **técnicas biblioteconômicas** de acordo com a **realidade do meio** e a **capacidade técnico-econômica institucional**;
- d) apto a interpretar e até mesmo prever e resolver as **necessidades de informação dos usuários**, direta ou indiretamente;
- e) capaz de **processar e disseminar a informação** por meios manuais, mecânicos e eletrônicos, independente do suporte físico e
- f) **dominar as técnicas de pesquisa** para ser capaz de **interpretar a realidade social** bem como para assessorar a **demandas de informação** dos diversos tipos de usuários (UNIVERSIDADE...1984, *grifo nosso*).

No 3º artigo da resolução 195/84 indicava-se que para alcançar esta formação, era necessário compreender

- a) **do social, do político e do econômico como explicação estrutural da sociedade**;
- b) da **comunicação e da linguagem** como organização simbólica do ser social;
- c) da história como visão ampla, articulada e evolutiva da **Cultura Universal**;
- d) da **pesquisa como instrumento** de compreensão da realidade;

e) dos **procedimentos para controle, recuperação e disseminação da informação** (UNIVERSIDADE....1984, *grifo nosso*)

O quadro 12 apresenta as disciplinas recomendadas pelo Currículo Mínimo de 1984, pelo Currículo Pleno do Curso de Biblioteconomia da UFG de 1984 e disciplinas que já começam a apresentar um perfil diferente e particular ao curso de Biblioteconomia na UFG, observadas no 1º currículo do curso na instituição:

Quadro 12 – Estruturação do currículo do curso de Biblioteconomia da UFG/1984.

Currículo do Curso de Biblioteconomia da UFG/1984		
Disciplinas do Currículo Mínimo de Biblioteconomia – MEC/1982	Disciplinas sugeridas pelo Currículo Pleno de Biblioteconomia /UFG (Resolução 195/1984)	Disciplinas sugeridas pelo colegiado do curso de e presentes no Currículo Pleno/UFG⁹
<ul style="list-style-type: none"> - Comunicação - Aspectos Sociais, - Políticos e Econômicos do Brasil Contemporâneo - História da Cultura - Lógica - Língua e Literatura Portuguesa - Língua Estrangeira Moderna - Métodos e Técnicas de Pesquisa - Informação Aplicada à - Biblioteconomia - Formação e Desenvolvimento de Coleções - Controle Bibliográfico dos Registros do Conhecimento - Disseminação da Informação - Administração de Bibliotecas 	<ul style="list-style-type: none"> Teoria da Comunicação -Aspectos Sociais, Políticos e Econômicos do Brasil Contemporâneo - História da Cultura - Lógica - Literaturas da Língua Portuguesa - Língua Portuguesa - Inglês Instrumental - Métodos e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica - Introdução à Biblioteconomia - Referência - Documentação - Catalogação - Classificação - Formação e Desenvolvimento de Coleções - Bibliografia - Bibliografia - Análise da Informação - História do Livro e das Bibliotecas - Mercadologia e Editoração 	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução à Biblioteconomia - Bibliografia - Bibliografia Especializada - Análise da Informação - Mercadologia e Editoração

⁹ Interpretação à partir da análise de que essas disciplinas não foram originalmente recomendadas pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e pelo Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa da UFG (CCEP/UFG) observando que os colegiados tinham autorização para criação destas disciplinas.

	- Organização e Administração de Bibliotecas - Planejamento Bibliotecário e Estudo do Usuário	
--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

À partir dessa apresentação de disciplinas, elaborou-se a tabela 2, de equivalência do currículo do curso de Biblioteconomia da UFG de 1984 e o CM e 1982 / MEC

Tabela 2 – Tabela de Equivalência Currículo de Biblioteconomia da UFG/1984.

TABELA DE EQUIVALÊNCIA	
CURRÍCULO MÍNIMO CFE/1982	CURRÍCULO DE BIBLIOTECONOMIA UFG/1984
Comunicação	Teoria da Comunicação;
Aspectos Sociais, Políticos e Econômicos do Brasil Contemporâneo	Aspectos Sociais, Políticos e Econômicos do Brasil Contemporâneo
História da Cultura	História da Cultura
Lógica;	Lógica
Língua e Literatura Portuguesa	Literaturas da Língua Portuguesa
	Língua Portuguesa
Língua Estrangeira Moderna	Inglês Instrumental
Métodos e Técnicas de Pesquisa	Métodos e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica;
X	Introdução à Biblioteconomia
Informação Aplicada à Biblioteconomia	Referência
Produção de Registros de Conhecimento	Documentação
	Catálogo
	Classificação;

(continua)

Tabela 2 – Tabela de Equivalência Currículo de Biblioteconomia da UFG/1984.

(conclusão)

Formação e Desenvolvimento de Coleções	Formação e Desenvolvimento de Coleções;
Controle Bibliográfico de Registros do Conhecimento	Bibliografia
	Bibliografia Especializada
Disseminação da Informação	Análise da Informação
X	História do Livro e das Bibliotecas;
X	Mercadologia e Editoração;
X	Organização e Administração de Bibliotecas;
X	Planejamento Bibliotecário e Estudo do Usuário

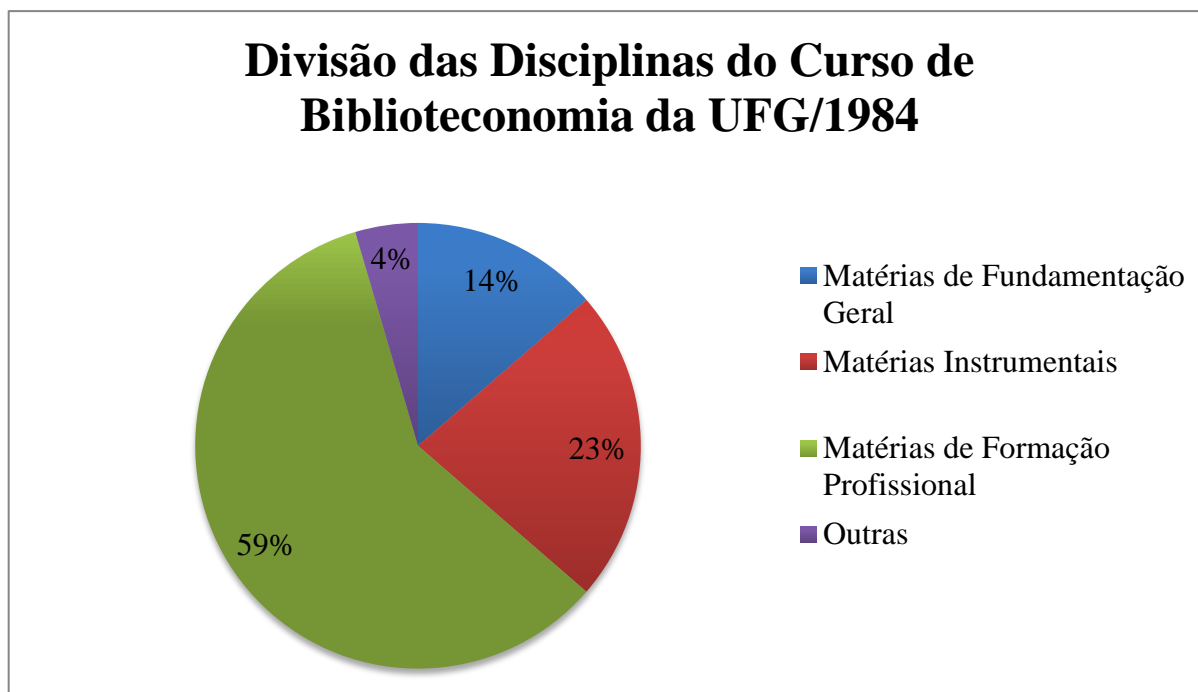
Fonte: Elaborado pela autora.

Das 21 disciplinas do curso de Biblioteconomia da UFG, 17 são equivalentes as recomendadas no Currículo Mínimo de 1982 e 4 são disciplinas novas, recomendadas pelo corpo docente do curso de Biblioteconomia da UFG: Organização e Administração de Bibliotecas, Planejamento e Estudo de Usuário que eram disciplinas contidas no currículo de 1980 do curso na UFG e Mercadologia e Editoração e Introdução à Biblioteconomia, que foram incorporadas no currículo de 1984 do curso de Biblioteconomia da UFG.

O Currículo Pleno do Curso de Biblioteconomia da UFG/1984 seguiu as recomendações do Currículo Mínimo de 1982 e do Conselho Coordenador de Pesquisa da UFG, acrescentando 5 disciplinas: História do Livro e das Bibliotecas, Organização e Administração de Bibliotecas componentes tanto do Currículo Mínimo de 1962 e do currículo de Biblioteconomia da UFG/1980. Planejamento Bibliotecário e Estudo do Usuário, Mercadologia e Editoração e Análise da Informação são disciplinas remanescentes do Currículo de Biblioteconomia da UFG/1980, o que sugere que o curso de Biblioteconomia estabeleceu um perfil de ensino e que este se encaminhava numa perspectiva tecnicista.

Observemos no gráfico 2 a porcentagem de disciplinas nas áreas que estabelecidas: Matérias de Fundamentação Geral; Matérias Instrumentais; Matérias de Formação Profissional; e Outras.

Gráfico 2 - Divisão de disciplinas do curso de Biblioteconomia da UFG em 1984.



Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se que o quantitativo de Matérias de Formação Profissional (técnicas) totalizavam 59% do curso, num total de 13 disciplinas: Introdução à Biblioteconomia; Referência; Documentação; Catalogação; Classificação; Formação e Desenvolvimento de Coleções; Bibliografia; Bibliografia Especializada; Análise da Informação; História do Livro e das Bibliotecas; Mercadologia e Editoração; Planejamento Bibliotecário e Estudo de Usuário; e Organização e Administração de Bibliotecas.

As Matérias Instrumentais, contabilizavam 23%, sendo 5 disciplinas: História da Cultura; Literaturas da Língua Portuguesa; Língua Portuguesa; Inglês Instrumental; e Métodos e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica.

As Matérias de Fundamentação Geral correspondiam a 14% do currículo, sendo 3 disciplinas: Aspectos Sociais, Políticos e Econômicos do Brasil Contemporâneo; Teoria da Comunicação; e História da Cultura.

Na categoria Outras, que representou 4% do currículo, foi considerado o Estágio Supervisionado, que remetia a prática profissional.

5.3 Currículo do Curso de Biblioteconomia da UFG/2004

Em 2001 iniciaram-se as discussões sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que ditaram as premissas para reorganização do ensino dos cursos superiores no Brasil, então, em 2004 um novo perfil de currículo foi adotado, “abandonando” o histórico de Currículo Mínimo onde os cursos deveriam seguir as disciplinas recomendadas pelo Conselho Federal de Educação para o ensino do curso. Sugeriu-se, com a DCN que os cursos trabalhassem com perfil de formação que preparasse o egresso para atuar no mercado de trabalho, levando em consideração os aspectos sociais, regionais e profissionais.

Em 2002 foi aprovado pelo Conselho Universitário da UFG (CONSUNI), o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG) pela resolução de nº 06/2002. O RGCG rege sobre o ensino na UFG, considerações sobre ingresso, estrutura curricular, estágio obrigatório. O currículo dos cursos deve ser estruturado seguindo as recomendações do RGCG que recomenda que os cursos se organizem em: Disciplinas de Núcleo Comum (NC), que apresenta um conjunto de disciplinas comuns obrigatórias para a formação profissional; Disciplinas de Núcleo Específico (NE), trazendo disciplinas obrigatórias com especificidade para a formação, sendo optativas ou não-obrigatórias; Núcleo Livre (NL), conjunto de disciplinas com intenção de ampliar a formação do profissional; Atividades Complementares (AC) atividades contabilizadas a partir da participação de eventos, seminários, etc. (UNIVERSIDADE...2002).

A resolução do CEPEC nº 0651/2004, fixou projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) de Biblioteconomia da UFG, em 2004. A resolução CEPEC 0699/2004 substituiu a resolução anterior, estabelecendo sobre o PPC, o estruturando observando habilidades gerais e específicas do egresso, se organizando em:

- Disciplinas do Núcleo Comum (864 h/a);
- Disciplinas do Núcleo Específico Obrigatório (1520 h/a);
- Disciplinas do Núcleo Específico/Opção do Eixo de Formação (160 h/a);
- Disciplinas do Núcleo Livre (160 h/a);
- Atividades Complementares (150 h/a).

O curso continuou a ter duração de 4 anos e a carga horária total seria de 2.790h. Essa nova estrutura ofereceu ao estudante a escolha entre duas ênfases específicas de formação: Informação Educacional e Social e Informação Científica, Tecnológica e Industrial, além do

estágio obrigatório. O ingresso deveria realizar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de acordo com a ênfase escolhida, a partir do 5º período.

Esse currículo pleno compreendia uma formação em que o egresso fosse capaz de atuar em diferentes unidades de informação, mas agora pensando também em instituições culturais e sugerindo uma formação mais ampla encaminhando seu egresso para a área de afinidade. Segundo a Resolução do CEPEC/UFG de número 0651/2004, o egresso do curso de Biblioteconomia da UFG deveria compreender ao final do curso as habilidades gerais e específicas, conforme também sugerido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais:

Gerais:

- I. compreender a informação como conhecimento acumulado e produzido considerando suas determinações históricas, econômicas, sociais e culturais;
- II. apreender esse conhecimento dentro de um ciclo informacional constituído por uma organização social;
- III. compreender o contexto de produção desse conhecimento e a necessidade de disseminação e uso;
- IV. dominar as tecnologias e os processos envolvidos na sua produção, organização, uso e recuperação de informação.
- V. criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação;
- VI. formular e executar políticas institucionais;
- VII. elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;
- VIII. traduzir as necessidades dos indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas unidades de informação;
- IX. desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;
- X. responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.

Específicas:

- I. interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente;
- II. criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação;
- III. trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza;
- IV. processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação;
- V. realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação (UNIVERSIDADE...2004)

Na tabela 3, a seguir, apresenta-se a Equivalência entre o Currículo do Curso de Biblioteconomia da UFG de 1984 e o de 2004, para se observar as mudanças e as novas disciplinas incorporadas ao curso.

Tabela 3 – Tabela de Equivalência entre Currículo do Curso de Biblioteconomia da UFG 1984 e 2004.

Tabela de Equivalência do Currículo de Biblioteconomia da UFG (1984 e 2004)	
Disciplinas do Currículo de Biblioteconomia da UFG/1984	Disciplinas do Currículo De Biblioteconomia da UFG/2004
Teoria da Comunicação	Psicologia da Comunicação
	Teoria da Comunicação I
	Teoria da Comunicação II
Aspectos Sociais, Políticos e Econômicos do Brasil Contemporâneo	X
História da Cultura	História da Cultura e dos Registro do conhecimento
História do Livro e das Bibliotecas	
Lógica	X
Introdução aos Estudos Literários	Literaturas da Língua Portuguesa
Língua Portuguesa	Língua Portuguesa: redação e expressão I
	Língua Portuguesa: redação e expressão II
	Introdução à Lingüística
Inglês Instrumental	X
Métodos e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica	Metodologia da Pesquisa Científica
Introdução à Biblioteconomia	Fundamentos de Biblioteconomia, documentação e Ciência da Informação
Referência	Pesquisa e Normatização Documentária
	Serviço de Referência e Informação
Documentação	Documentação Empresarial
	Documentação Audiovisual
Catalogação	Linguagens Documentárias
	Representação Descritiva I
	Representação Descritiva II (continua)
Classificação	Linguagens de Classificação I
	Linguagens de Classificação II
	Indexação e Resumos
Formação e Desenvolvimento de Coleções	Formação de Desenvolvimento de Acervo
Bibliografia	Fontes de Informação I
Bibliografia Especializada	Fontes de Informação II
Análise da Informação	Tecnologia da Informação
Mercadologia e Editoração	X
Organização e Administração de Bibliotecas	Administração
	Administração de Unidades de Informação

(continua)

Tabela 3 – Tabela de Equivalência entre Currículo do Curso de Biblioteconomia da UFG 1984 e 2004.

(continuação)

	Automação de Unidades de Informação
	Marketing para Unidades de Informação
Planejamento Bibliotecário e Estudo do Usuário	Usos e Usuários da Informação
X	Sociologia
X	Filosofia
X	Teoria da Imagem I
X	Teoria da Ação Cultural
X	Produção Cultural para Crianças e jovens
X	Leitura e Sociedade
X	Fundamentos da Educação
X	Planejamento gráfico visual
X	Políticas de Informação Educacional e Social
X	Políticas de Informação Científica, Tecnológica e Industrial
X	Trabalho de Conclusão de Curso I
X	Trabalho de Conclusão de Curso II
X	Tópicos Especiais em Informação Educacional e Social
	Tópicos Especiais em Informação e Desenvolvimento Social
X	Estágio em Unidades de Informação Educacional e Social
X	Estágio em Unidades de Informação Científica, Tecnológica e Industrial
X	Gestão da Informação nas Organizações

Fonte: Elaborado pela autora.

Em 2004 o currículo do curso de Biblioteconomia da UFG passou por uma significativa atualização quando disciplinas mais tecnológicas começaram a ganhar espaço no currículo tanto em disciplinas comuns à todos os ingressos quanto em disciplinas ligadas às ênfases

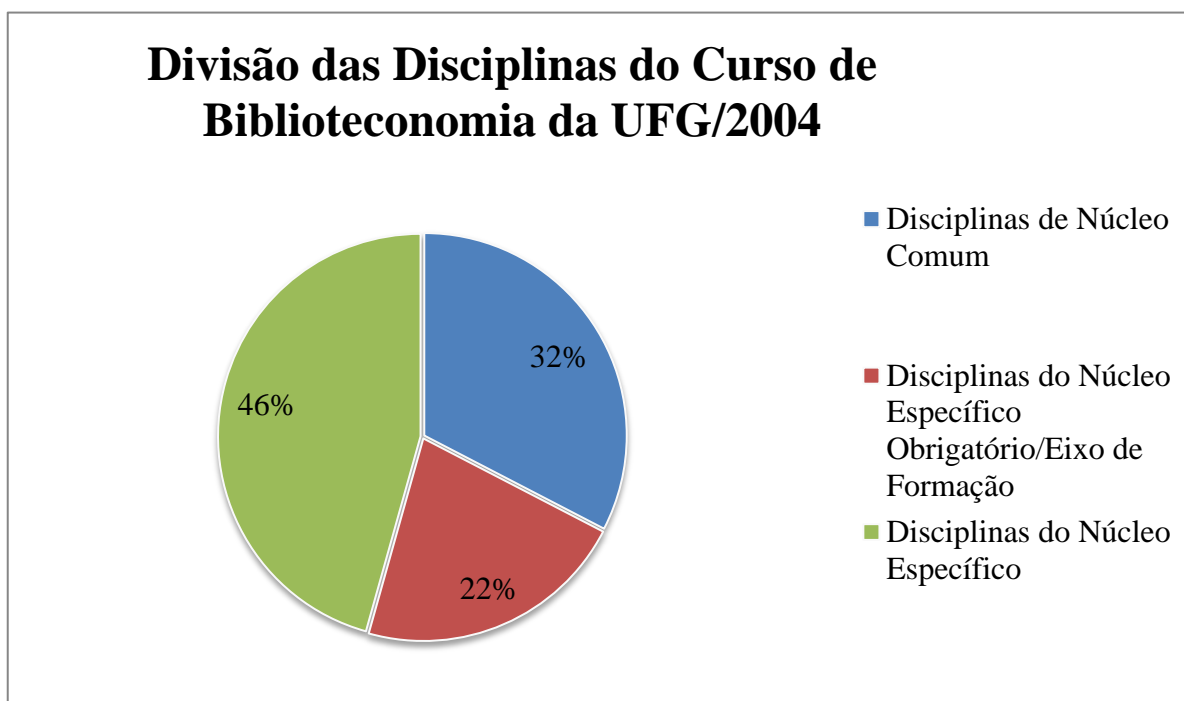
ofertadas. Muitas disciplinas do Currículo de Biblioteconomia da UFG/1984 permaneceram no currículo, porém, o ensino das mesmas parece ter se expandido, como é o caso de Classificação, Catalogação, Teoria da Comunicação, e Organização e Administração de Bibliotecas e Referência.

Essas mudanças possuem ligação com o avanço das tecnologias, como Burin (2009) explica no capítulo 2 da sua dissertação de mestrado: a “Sociedade da Informação” provocou mudanças e atualização nos fazeres das profissões e trouxe à tona os “Profissionais da Informação”, a qual os bibliotecários estão diretamente ligados.

Outra percepção ao analisar o currículo de 2004 foi a presença de mais disciplinas de cunho social, cultural e educacional, embora ainda em minoria e indicadas aos estudantes que escolhem a ênfase Educacional e Social. O curso de Biblioteconomia da UFG demonstra com esse currículo uma busca por uma formação em diferentes áreas, uma vez que a formação generalista é uma utopia a se concretizar. As ênfases pretenderam focar no perfil de interesse do aluno e na formação mínima de requisitos para as atuações exigidas nas áreas social, educacional e cultural e na área tecnológica e empresarial. Um exemplo disto foi o fato de que os alunos acabavam por optar por uma das ênfases e fazendo o trabalho de conclusão de curso em outra. A alta rotatividade de professores com perfis diferenciados, também contribui para a não consolidação das ênfases.

Há que se considerar ainda que a abordagem tecnicista ainda prevalece, estando presentes nas Disciplinas de Formação Específica (técnicas) refletindo o perfil dos professores e encaminhando o estudante para a área Tecnológica e Industrial. É o que pode-se observar no gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3 - Divisão de disciplinas do curso de Biblioteconomia da UFG em 2004.



Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se que o número de disciplinas técnicas ainda é grande, como mostra o **Núcleo Específico**, que representa a quantidade de disciplinas de formação profissional, apresentando 46% do total do curso, sendo 21 disciplinas: Introdução à Linguística; Metodologia da Pesquisa Científica; Fundamentos de Biblioteconomia, documentação e Ciência da Informação; Pesquisa e Normatização Documentária; Serviço de Referência e Informação; Linguagens Documentárias; Documentação Audiovisual; Representação Descritiva I e II; Linguagens de Classificação I e II; Indexação e Resumos; Formação e Desenvolvimento de Acervo; Fontes de Informação I e II; Tecnologia da Informação; Administração de Unidades de Informação; Automação de Unidades de Informação; Marketing para Unidades de Informação; Uso e Usuários da Informação. Trabalho de Conclusão de Curso I e II.

As disciplinas de **Núcleo Específico Obrigatório/Opção de Eixo de Formação** apresentam 22%, sendo 10 disciplinas ao todo e 5 para cada eixo. No eixo de Informação Educacional e Social organizam-se as disciplinas: Tópicos Especiais em Informação e Desenvolvimento Social; Políticas de Informação Educacional e Social; Leitura e Sociedade; Fundamentos da Educação; e Estágio em Unidades de Informação Educacional e Social. No eixo de Formação Científica, Tecnológica e Industrial, compõem as disciplinas: Documentação Empresarial; Gestão da Informação nas Organizações; Tópicos Especiais em

Informação e Desenvolvimento Social; Políticas de Informação Científica, Tecnológica e Industrial; e Estágio em Unidades de Informação Científica, Tecnológica e Industrial.

As disciplinas de **Núcleo Comum** apresentam um percentual de 32% do currículo, sendo 15 disciplinas: Psicologia da Comunicação; Teoria da Comunicação I e II; História da Cultura e dos Registros do Conhecimento; Introdução aos Estudos Literários; Pesquisa e Normatização Documentária; Língua Portuguesa: Redação e Expressão I e II; Administração; Sociologia; Filosofia; Teoria da Imagem; Teoria da Ação Cultural; Produção Cultural para Crianças e Jovens; e Introdução à Linguística.

O ensino de línguas estrangeiras deixou de ser ministrado no curso, porém, observa-se que devido às alterações para um currículo atento as novas tecnologias, sugere-se que disciplina poderia ser componente importante à formação do Bibliotecário.

É recomendado pela DCN aos currículos do curso de biblioteconomia “que os projetos acadêmicos acentuem a adoção de uma perspectiva humanística na formulação dos conteúdos, conferindo-lhes um sentido social e cultural que ultrapasse os aspectos utilitários mais imediatos sugeridos por determinados itens” (BRASIL... 2001). A DCN sugere parcerias entre cursos, com disciplinas comuns ou específicas, com vistas a ampliar e complementar a formação do aluno. O curso de Biblioteconomia se destaca pelas disciplinas de Sociologia, Filosofia e Psicologia da Comunicação, que auxiliam muito ao estudante a entender um pouco o social, o seu usuário.

O currículo de Biblioteconomia avançou muito nesses últimos anos, porém, existe ainda uma necessidade de se adequar às demandas sociais de maneira geral. O currículo de 2004 é vigente até hoje (2016), não tendo passado por nenhuma alteração. Mas neste ano de 2016 as discussões sobre uma atualização curricular ganharam força e um novo currículo foi criado e já entrará em vigor em 2017. O que se destaca é que as ênfases deixam de existir e o currículo ganha mais disciplinas com ênfase Social, Cultural e Educacional.

5.4 O PPC do curso de biblioteconomia da UFG aprovado em 2016

O PPC do curso de Biblioteconomia da UFG aprovado em 2016 justificou-se pela necessidade de uma atualização curricular do curso, devido aos anos sem uma reforma do currículo, a criação da Lei 12.244/2010¹⁰ e a criação do curso de Gestão da Informação. Compreendeu-se pelo NDE que o curso de 1980 a 2004 baseou-se numa formação generalista

¹⁰ A lei 12.244 de 2010 dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares no Brasil e propõe que até 2020, toda escola tenha biblioteca com bibliotecário.

e tecnicista e isto começou a mudar a reforma do currículo de ensino em 2004, porém, ainda não conseguiu compreender todas as demandas.

O currículo do curso de Biblioteconomia da UFG/2004 ainda não era suficiente para uma formação que pensasse na especificidade das unidades de informação, apesar de suas duas ênfases “Informação Educacional e Social” e “Informação Tecnológica e Científica”. Percebe-se a necessidade cada vez mais forte, de uma formação Social, Cultural e Educacional.

A proposta aprovada é de que o novo PPC, a ser implantado em 2017, se divida em: Eixo técnico; Eixo administrativo; Eixo tecnológico; Eixo de fundamentos; e Eixo metodológico. Algumas disciplinas deixaram de compor o currículo, outras foram reformuladas e acrescentadas disciplinas que propõem ao ingresso uma formação que atente as especificidades das unidades de informação, suas necessidades estruturais e organizacionais, e de seus usuários.

Este novo PPC apresenta uma quantidade significativa de disciplinas das áreas social, cultural e educacional. Se no currículo de 2004 elas aparecem de maneira tímida e nos eixos específicos, agora elas se apresentam como disciplinas comuns a todos os estudantes, visando que todos apreendam estes conhecimentos. Há, agora, os Tópicos Especiais que podem trazer ainda mais disciplinas específicas voltadas para as tecnologias, educação, cultura.

O PPC teve em sua organização a participação de professores e alunos do curso, todos reunidos para pensar numa reformulação que trouxesse benefícios para o ingresso e egresso. Trabalhando com habilidades específicas e gerais do egresso do curso e as recomendações das DCN não houveram muitas alterações quanto as disciplinas, mas sim adequação e inserção. O perfil desse novo currículo busca não formar um profissional educacional, mas um profissional consciente e mais humano. A formação generalista tende a perder campo e se evidencia a necessidade de trabalhar as especificidades do mercado de trabalho, das unidades de informação.

Nenhuma área inibe a outra, portanto retirar esse eixo de formação e expandir a gama de disciplinas das duas áreas busca equalizar o currículo. Se por muitos anos o curso de biblioteconomia da UFG destacou-se pela diminuição das disciplinas técnicas de formação, espera-se que este novo currículo traduza-se em um currículo menos técnico e de uma formação mais humanística.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo observou as mudanças que ocorreram nos currículos de Biblioteconomia do Brasil (1911-2004), promovidas pelo Conselho Federal de Educação do Ministério da Educação e mudanças nos currículos do curso de Biblioteconomia da UFG, desde sua criação (1980) até a reforma curricular de 2004, que vigorou até 2016.

O primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil foi promovido pela Biblioteca Nacional, em 1911, e este visava atender as necessidades da instituição, tendo como base um ensino sob forte influência francesa, advinda da *École des Chartes*. Em 1936 foi criado o curso de Biblioteconomia do Departamento de Cultura do Estado de São Paulo, sendo este o primeiro curso de nível superior do País. O currículo do curso de São Paulo apresentou um perfil tecnicista, sob a influência norte-americana. Logo, houveram diversas discussões sobre o ensino nesta época pois não havia ainda um modelo de currículo único a ser seguido.

O curso de São Paulo formou muitos profissionais bibliotecários, e estes ao retornarem aos seus estados começaram a criar cursos para ensino de Biblioteconomia, foi então a década de 1960 marcada pelo avanço das escolas de Biblioteconomia no país, pela regularização da profissão e pela criação do primeiro Currículo Mínimo de Biblioteconomia, em 1962.

O Currículo Mínimo foi firmado pelo Ministério da Educação, e este tinha o intuito de “padronizar” o ensino de Biblioteconomia no país, indicando um número de disciplinas necessárias para a formação de um profissional bibliotecário. O Currículo Mínimo de Biblioteconomia do MEC/1962 não foi um currículo muito abrangente e apesar de contemplar disciplinas ligadas às técnicas biblioteconômicas, que ensinavam o bibliotecário a lidar com diferentes tipos de documentos, foi considerado muito erudito e criticado por apresentar conteúdos mais voltados para a Biblioteca Nacional. Porém, ao se observar currículo de 1962, a divisão das disciplinas eruditas e técnicas estavam em igual número, sendo 10 disciplinas ao todo e uma duração de 3 anos. Apesar das escolas terem que seguir todas as disciplinas indicadas no Currículo Mínimo de 1962, muitas acrescentaram outras disciplinas que acharam necessárias para complementar o currículo de seus cursos.

Em 1982 o Currículo Mínimo de Biblioteconomia foi atualizado, após algumas discussões de profissionais da área de biblioteconomia junto com o MEC. O currículo de 1982 agora se dividia em Matérias de Fundamentação Geral, Matérias Instrumentais e Matérias de Formação profissional. Esse currículo sofreu as influências da Reforma Universitária de 1968, que impulsionou uma grande expansão nos cursos de Biblioteconomia no país, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste e com isso uma maior preocupação com

as questões regionais brasileiras, considerando um currículo que atendesse as diferentes aspectos dessas regiões. Mas o currículo também não conseguiu atender aos aspectos sociais da profissão.

Uma nova reformulação do currículo de Biblioteconomia aconteceu em 2004, com a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), influenciada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). As DCN's promoveram uma grande reforma no ensino superior do Brasil, sendo eliminado o sistema de currículo Mínimo para ensino. Isto promoveu aos cursos maior autonomia para criação dos seus projetos pedagógicos. Com as DCN's as instituições de ensino agora deveriam trabalhar com um currículo pensando no perfil de formação que o egresso deveria ter, considerando os aspectos sociais, culturais e educacionais e também os tecnológicos.

Quando o curso de Biblioteconomia da UFG foi criado, em 1980, seu currículo foi influenciado pelo Currículo Mínimo do MEC vigente na época, que era o de 1962. O curso se justificava por uma formação técnica, e seu currículo seguiu esse aspecto. Porém, houveram complementações ao currículo com disciplinas que indicavam uma consciência de um profissional com formação mais humanista.

Em 1984, houve uma atualização do Currículo do Curso de Biblioteconomia, acompanhando as indicações da UFG e se adequando ao Currículo Mínimo do MEC/1982. O curso de Biblioteconomia também complementou seu currículo em 1984, seguiu as disciplinas indicadas aos cursos de Biblioteconomia no Brasil, mas acabou desdobrando suas disciplinas apresentando um perfil bem específico.

A grande mudança no currículo de Biblioteconomia adveio com a reforma do ensino superior de 2004, como os cursos puderam ter mais liberdade para criação de seus Projetos Pedagógicos, o curso seguiu as recomendações do MEC e do Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UFG. O currículo passou a apresentar duas ênfases de formação, uma Social e Cultural e outra Industrial, Tecnológica e Científica, promovendo ao estudante a escolha de qual ênfase seguir. O número de disciplinas da área social e cultural cresceram e agora também havia disciplinas de uma linha de formação educacional. Em comparação aos dois outros currículos, foi uma significativa modificação.

O curso de Biblioteconomia mostrou, desde o início, que não ficava preso somente às recomendações do MEC, considerou os aspectos de uma formação mais humanística, influenciado principalmente pelas recomendações e perfil da UFG. O Currículo de 2004 vigorou até 2016, uma vez que em 2015 iniciaram-se discussões sobre uma nova atualização no currículo que sugeriu o abandono das ênfases, não excluindo as disciplinas, mas

modificando o currículo de forma que todos os ingressos consigam estudar as duas áreas: Social, Cultural e Educacional e Industrial, Científica e Tecnológica. A quantidade de disciplinas das duas linhas aumentaram significativamente, guiadas por estudos para uma formação mais social, entendendo o Bibliotecário como agente educador e se atentando as modificações no mercado de trabalho e as novas tecnologias.

Este trabalho visou analisar os currículos do curso de Biblioteconomia da UFG de 1980-2016, e o critério das análises não seguiu um fluxo pois cada currículo apresentou uma especificidade e um fator comparativo diferente, pois os 3 currículos foram comparadas com do curso foram comparados com os Currículos Mínimos do MEC/1962 e 1982 e as Diretrizes Curriculares nacionais (DCN) de 2004. O novo currículo que passará a vigorar em 2017 segue as recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais, e sugerimos, para um próximo trabalho, a comparação dos currículos do curso de Biblioteconomia da UFG de 2004 e 2017 à luz das DCN.

Em 1980 o currículo do curso justificava-se por uma formação de Bibliotecários necessária para a região Centro-oeste, pela necessidade desse profissional para lidar com as técnicas de processamento, armazenamento e recuperação da informação. Com o passar dos anos este currículo foi se modificando e atualizando, e se aproximando cada vez mais de uma formação mais humanística. Isso não foi alcançado com a reforma do currículo de Biblioteconomia da UFG de 1984 e se aproximando um pouco de uma formação mais cultural, social e educacional depois da reforma promovida pelas DCN em 2004. Porém, este currículo na prática não teve tanto êxito. As discussões sobre a reformulação do currículo, discutidas em 2016, se pautaram na compreensão das necessidades sociais, de uma formação cada vez mais humanística, principalmente com a promulgação da Lei 12.244/2010¹¹ e dos avanços tecnológicos. Aprovado no final em 2016, o PPC do curso de Biblioteconomia da UFG apresenta uma estrutura que caminha para um ensino de formação mais humanística, temos a teoria pronta e a parte prática para ser implantada com a nova turma de ingressos em 2016 e migração das turmas mais recentes para o novo currículo.

O curso de biblioteconomia da UFG, como a maioria dos cursos de biblioteconomia no Brasil, ainda tem uma presença de disciplinas de formação profissional (técnicas) muito forte, porém foi visível que ao longo de suas atualizações, houveram as iniciativas de acrescentar disciplinas de teor mais humanístico, mesmo quando as mesmas não eram sugeridas pelo MEC. Porém, o estudante de biblioteconomia da UFG acaba passando muito tempo estudando

¹¹ A lei 12.244 aprovada em 2010 prevê que toda escola (pública ou particular) tenha uma biblioteca com bibliotecário até 2020.

as técnicas biblioteconômicas e isso torna tanto o curso quanto o profissional muito técnicos. A compreensão de que um bibliotecário é “só um guardião de livros” não faz mais sentido hoje em dia, o mercado se abre cada vez mais e junto com ele, a demanda. O curso deve compreender que perfil profissional deseja-se formar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Neília Barros Ferreira de. **Biblioteconomia no Brasil**: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino. 2012. 159 f. (Mestrado em Ciência da Informação)– Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.

AMARAL, Nelson Cardoso. A reforma do ensino superior de 1968: um breve relato. In: ____ **UFG Afirmativa**: publicação da assessoria de comunicação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, n. 3, p. 9-10, set. 2009.

BRASIL. Decreto nº 8.835, de 11 de Julho de 1911. Aprova o regulamento da Biblioteca Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 jul. 1911. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8835-11-julho-1911-502890-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 579, de 30 de julho de 1938. Organiza o Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, 30 jul. 1938. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-579-30-julho-1938-350919-publicacaooriginal-126972-pe.html>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 26 jan. 2017.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 jun. 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 26 jan. 2017.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Biblioteconomia**. Brasília, DF: MEC/SESu, 2001. p. 32-34. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

_____. Ministério da Educação. **E-MEC**: cadastro de instituições e cursos de educação superior. Disponível em: < emec.mec.gov.br>. Acesso em: 22 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). Conselho Federal de Educação. **Reconhecimento do curso de Biblioteconomia, ministrado pelo Instituto de Ciências Humanas e Letras**: parecer 407/85. Brasília, 1985. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd009459.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

BURIN, Camila Koerich. **O ensino de Biblioteconomia na região Sul do Brasil**: análise dos projetos pedagógicos dos cursos à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais. 2009.121 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) –Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CASTRO, A. C. **História da Biblioteconomia no Brasil**. Brasília, DF: Thesaurus, 2000.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. UFG: tempo de crescer. In:___ **UFG Afirmativa**: publicação da assessoria de comunicação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, n. 3, p. 22-26, set. 2009.

FARAGO, Cátia Cilene; FOFONCA, Eduardo. A análise de conteúdo na perspectiva de bardin: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações. **Rev. Linguagem**, São Paulo, n. 28, jan./jul. 2012. Disponível em: <<http://www.letras.ufscar.br/linguagem/edicao18/artigos/007.pdf>>. Acesso em 22 jan. 2017.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/edicao/84>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

MENDONÇA, Zilda Gonçalves de Carvalho; ARAÚJO, José Carlos Souza. A Universidade Federal de Goiás (UFG) como promotora da expansão e da interiorização do ensino superior. In:___ Jornada do HISTEDBR, 8., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: UFSCar, 2008. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada8/trabalhos.html>. Acesso em: 21 jan. 2017.

MINTO, Lalo Watanabe. **MEC-USAID**. São Paulo, [200-?]. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_mec-usaid%20.htm>. Acesso em: 22 jan. 2017.

OLIVEIRA, Rodrigo Mendes. **O projeto educacional brasileiro durante o regime militar e o ensino de História em Goiás (1964-1979)**. 2015. 128 f. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2015.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 17. ed. Campinas: Papirus, 2012.

QUEIROZ, Angélica. **Câmpus Aparecida realiza aula inaugural de novos cursos**. Goiânia, 2015. Disponível em: <<https://www.ufg.br/n/78778-campus-aparecida-realiza-aula-inaugural-de-novos-cursos>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

RIBEIRO, Denise. **Dilma anuncia criação de duas universidades federais em Goiás**. Goiânia, 2016. Disponível em : <<https://www.ufg.br/n/88513-dilma-anuncia-criacao-de-duas-universidades-federais-em-goias>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

ROTHEN, José Carlos. Os bastidores da reforma universitária de 1968. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 103, p. 453-475, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/edicao/108>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

SANTOS, Wesley Passos dos. **Influências dos programas de reorientação da formação do profissional da formação do profissional da saúde no processo de trabalho: perspectiva e preceptores**. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino na Saúde)- Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/6383/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Wesley%20Passos%20dos%20Santos%20-%202016.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Modernização e Biblioteconomia Nova no Brasil**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003.

UFG AFIRMATIVA: publicação da assessoria de comunicação da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: CEGRAF, 2009, n. 33, set. 2009. 51 p.

UNIVERSIDADE Federal de Goiás: 50 anos. Período de 1898-1959. Disponível em: <<http://projetos.extras.ufg.br/capa/50anos/historia.swf>> Acesso em: 21 jan. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Faculdade de Informação e Comunicação. Curso de Biblioteconomia. **Apresentação**. Goiânia, 2016. Disponível em: <<https://biblioteconomia.fic.ufg.br/p/838-apresentacao>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

_____. Faculdade de Informação e Comunicação. **História**. Goiânia, 2014. Disponível em: <<http://fic.ufg.br/p/833-historia>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG). Egrégio Conselho Universitário. **Resolução ECU n. 016/1969**. Goiânia, 1969. Disponível em: <https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CONSUNI_1969_0016.pdf>. Acesso em: 28 out. 2016.

_____. **Resolução ECU n. 20/1969**. Autoriza a Reitoria a adquirir áreas de terrenos adjacentes ao do “Campus” 2 da UFGO. Disponível em: <https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CONSUNI_1969_0020.pdf>. Acesso em: 28 out. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG). Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa. **Resolução n. 010/1970**. Fixa Áreas de Conhecimento e o 1º ciclo na Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1970. Disponível em: <https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CEPEC_1970_0010.pdf> . Acesso em: 29 set. 2016.

_____. **Resolução n. 094/1975**. Disciplina a criação e funcionamento de Cursos na UFGO. Goiânia, 1975. Disponível em: <https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CEPEC_1975_0094.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

_____. **Resolução n. 104/1976**. Fixa normas para elaboração e revisão dos currículos Plenos. Goiânia, 1976. Disponível em: <https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CEPEC_1976_0104.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

_____. **Resolução n. 111/1976**. Complementa a resolução nº 104/76 e dá outras providências. Goiânia, 1976. Disponível em: <https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CEPEC_1976_0111.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

_____. **Resolução n. 119/1977**. Cria o colegiado dos cursos de Comunicação Social. Goiânia, 1977. Disponível em: <https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CEPEC_1977_0119.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2017.

_____. **Resolução n. 135/1979**. Cria o curso de Biblioteconomia na Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1979. Disponível em: <https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CEPEC_1979_0135.pdf>. Acesso em 29 set. 2016.

_____. **Resolução n. 184/1983**. Fixa princípios e critérios para elaboração dos Currículos Plenos e dá outras providências, revogando-se a Resolução nº 104/CCEP.. Goiânia, 1983. Disponível em: <https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CEPEC_1983_0184.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa. **Resolução CCEP n. 195/1984**. Fixa o currículo pleno do curso de Biblioteconomia. Goiânia, 1984. Disponível em: <https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CEPEC_1984_0195.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG). Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura. **Resolução CEPEC n. 651/2004**. Fixa o currículo pleno do curso de Graduação em Biblioteconomia – Bacharelado, para os alunos ingressos a partir do ano letivo de 2004. Goiânia, 2004. Disponível em: <https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CEPEC_2004_0651.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2017.

_____. **Resolução CEPEC n. 0699/2004**. Fixa o currículo pleno do curso de Graduação em Biblioteconomia –modalidade Bacharelado, para os alunos ingressos a partir do ano letivo de 2004, revogando a Resolução CEPEC Nº 651. Goiânia, 2004. Disponível em: <https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CEPEC_2004_0699.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG). Conselho Universitário. **Resolução CONSUNI n. 06/2002** Aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação – RGCG da Universidade Federal de Goiás e revoga as disposições em contrário. Goiânia, 2002. Disponível em: < https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CONSUNI_2002_0006.pdf >. Acesso em: 26 jan. 2017.

XAVIER , Cláudia Araújo Vieira. **Marietta Telles Machado e o curso de biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás-Ufg: Origens Da Criação (1977/1980)**. 2015. 201 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)- Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, 2015.

ANEXO